



# SARDOAL

MUNICÍPIO



## Relatório de Gestão

Ano 2018

<b>Índice</b>	
<b>1. Nota Introdutória</b>	<b>4</b>
<b>2. Caracterização dos Recursos Humanos</b>	<b>5</b>
2.1. Introdução	5
2.2. Trabalhadores	5
2.2.1. Por Cargo/Carreira	5
2.2.2. Por Género	6
2.2.3. Por Relação Jurídica de Emprego	6
2.2.4. Por Estrutura das Idades	7
2.2.5. Por Estrutura Habilitacional	7
2.2.6. Motivos de Ausência por Cargo/Carreira	8
2.2.7. Horas de Formação por Cargo/Carreira	8
2.2.8. Conclusões	8
<b>3. Atividade Desenvolvida</b>	<b>9</b>
3.1. Plano de Atividades	9
3.2. Grandes Opções do Plano	16
<b>4. Análise da Situação Orçamental, Económica e Patrimonial</b>	<b>18</b>
4.1. Ótica de Gestão Orçamental	18
4.1.1. Principais Destaques	18
4.1.2. Equilíbrio Orçamental	19
4.1.2.1. Equilíbrio Efetivo	22
4.1.2.2. Equilíbrio Orçamental Formal e Substancial	22
4.1.3. Vinculação Orçamental	23
4.2. Análise da Despesa	23
4.2.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa	23
4.2.2. Execução Orçamental da Despesa	24
4.2.3. Evolução da Despesa	25

<b>Índice</b>	
4.2.4 Grandes Opções do Plano	27
4.3 Análise da Receita	29
4.3.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Receita	29
4.3.2. Execução Orçamental da Receita	30
4.3.3. Evolução da Receita	31
<b>5. Situação Económico-Financeira</b>	32
5.1. Análise ao Balanço	32
5.1.1. Indicadores Económico-Financeiros	35
5.2. Análise da Demonstração de Resultados	37
5.2.1. Custos e Perdas	37
5.2.2. Proveitos e Ganhos	41
5.3. Dívida	45
5.3.1. Dívida Global	45
5.3.2. Evolução da Dívida	48
<b>6. Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso</b>	49
<b>7. Factos Mais Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício</b>	49
<b>8. Proposta de Aplicação de Resultados</b>	49

## **1. Nota Introdutória**

### **Nota Prévia**

Em cumprimento com o disposto no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei 75/13, de 12 de setembro), compete ao Órgão Executivo elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas identificadas no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - Decreto-Lei n.º54/99, de 22 de fevereiro) e submetê-los à apreciação e votação do Órgão Deliberativo.

Os documentos de prestação de contas, referente ao ano de 2018, estão de acordo com os princípios Contabilísticos previstos no POCAL, sendo as contas anuais certificadas pela sociedade ROSA LOPES, GONÇALVES MENDES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

### **Enquadramento**

Ao longo deste documento será apresentado uma análise da situação contabilística do Município de Sardoal a 31 de dezembro de 2018, centrada nas áreas orçamental, patrimonial e de custos, reportando os níveis de endividamento e equilíbrio orçamental. O relatório de gestão procura também sintetizar as principais atividades desenvolvidas pelo Município no exercício de 2018 através da apresentação de indicadores quantitativos.

Em sede de orçamento, dando seguimento aos anos anteriores, a estratégia consistia na obtenção dos seguintes vetores:

- Valorização dos Recursos Endógenos e do Potencial Turístico;
- Incorporação de Valor na Atividade Empresarial;
- Promoção da Coesão e da Qualidade de Vida;
- Consolidação da Massa Crítica Urbana;
- Governação Inteligente e Multidimensional;

### **Principais resultados**

O Município do Sardoal em 2018,destacam-se os resultados:

- Resultado Líquido Exercício negativo - **€ 900.517,32**;
- Diminuição da Dívida Total - **€ 418.666,62**;
- Pagamentos em atraso a mais de 90 dias – **€ 0,00**;
- Compromissos financeiros de médio/longo prazo – **€ 896.463,60** (juros + amortizações + outros encargos);
- Prazo médio de Pagamentos – **83 dias**;

## 2. Caracterização dos Recursos Humanos

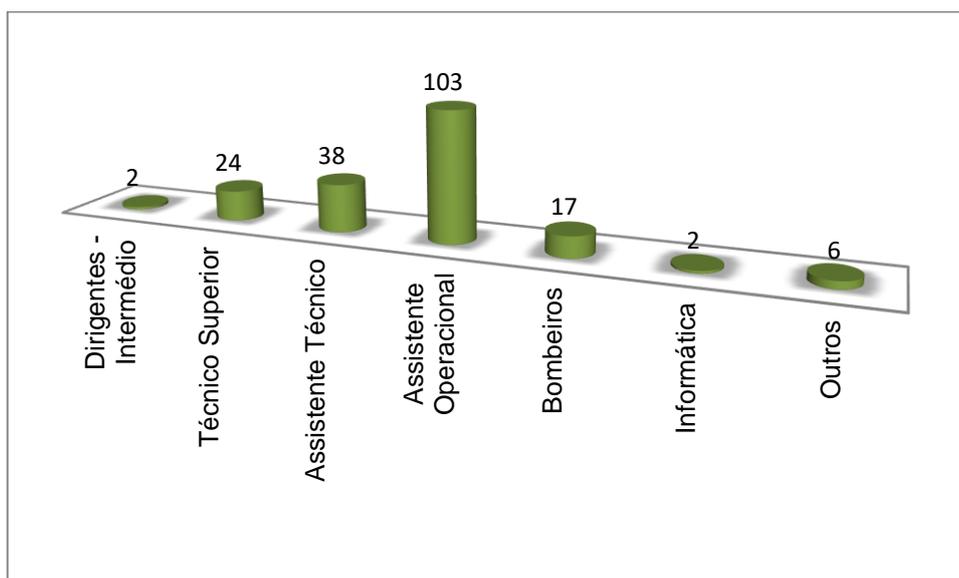
### 2.1. Introdução

A caracterização dos Recursos Humanos, enquanto Balanço Social, constitui um instrumento de planeamento e gestão dos recursos humanos e uma ferramenta fundamental para o conhecimento sobre a situação social do Município.

No atual contexto, de racionalização dos serviços, procuramos dar a conhecer um conjunto de indicadores da situação do Município, nesta área, proporcionando um conhecimento efetivo e global do universo dos trabalhadores do mesmo.

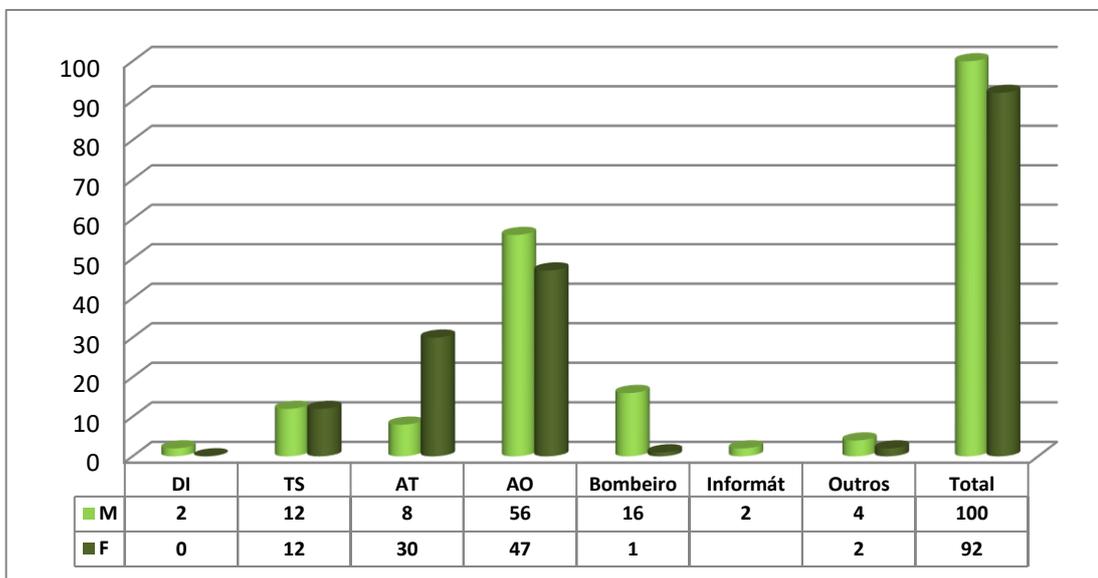
### 2.2. Trabalhadores

#### 2.2. 1. Por cargo/carreira



## Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira

### 2.2. 2. Por Género

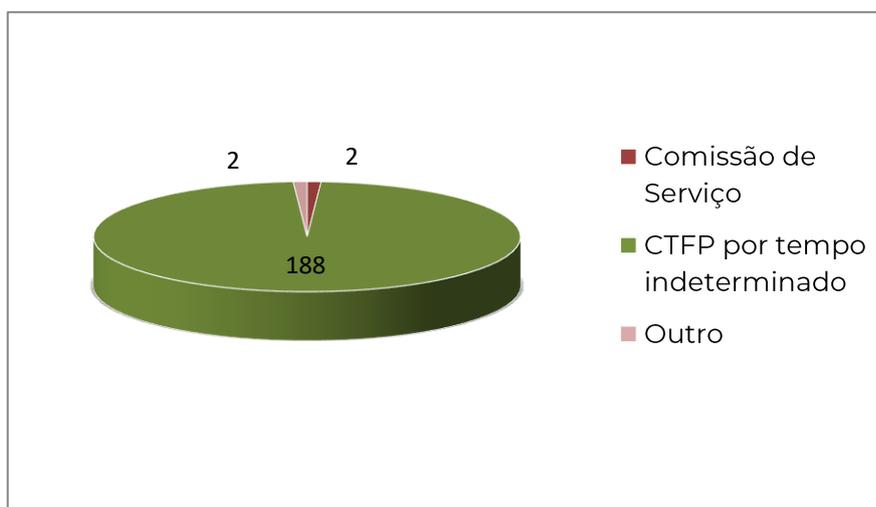


Contagem dos trabalhadores segundo género, por cargo/carreira

### 2.2.3. Por relação Jurídica de Emprego

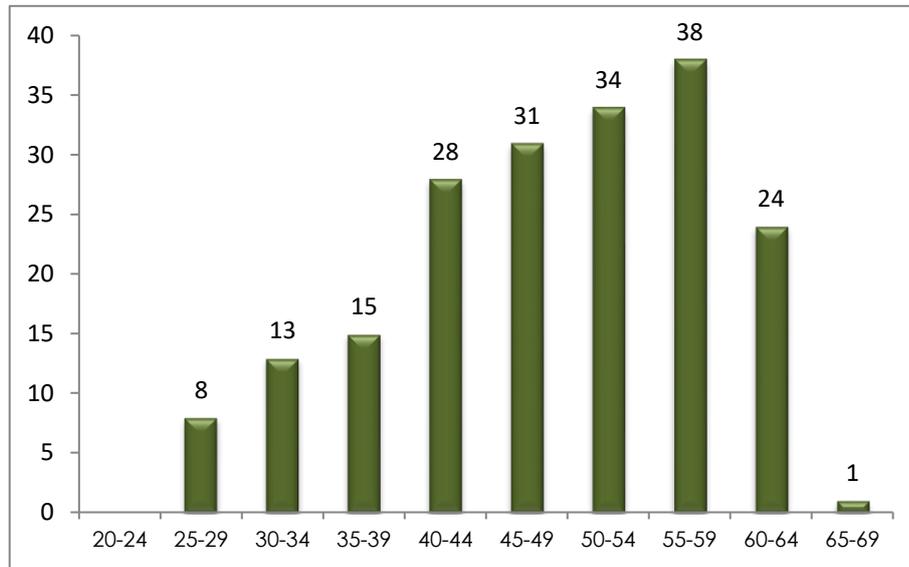
#### Trabalhadores segundo a relação jurídica, por cargo/carreira

Vinculo	DI	TS	AT	AO	Bombeiro	Informát	Outros	Total
Comissão de Serviço	2							2
CTFP por tempo indeterminado		24	38	103	17	2	4	188
Outro							2	2
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>24</b>	<b>38</b>	<b>103</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>192</b>



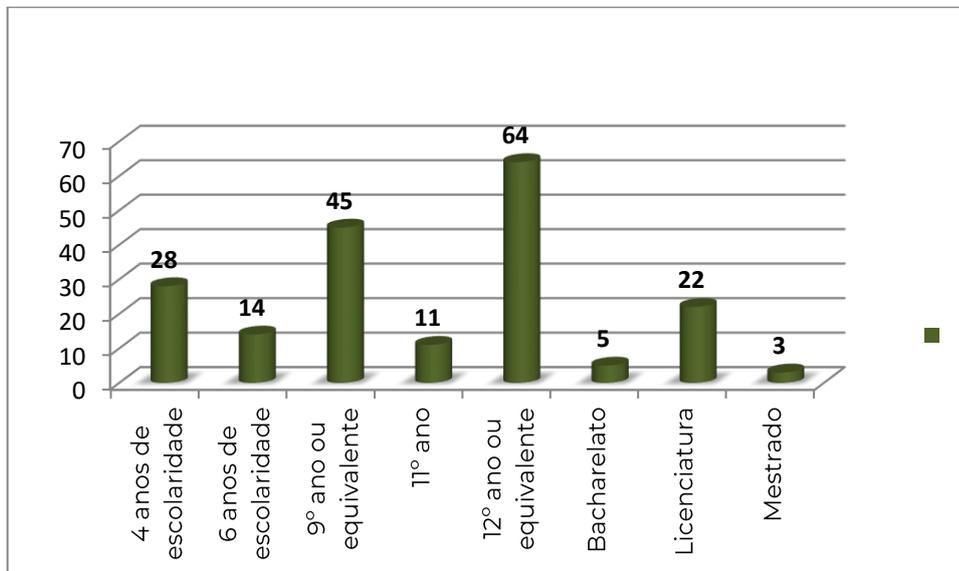
Contagem dos trabalhadores segundo relação jurídica de emprego

## 2.2.4. Por estrutura das idades



**Contagem dos trabalhadores segundo escalões de idades**

## 2.2.5. Por estrutura habilitacional

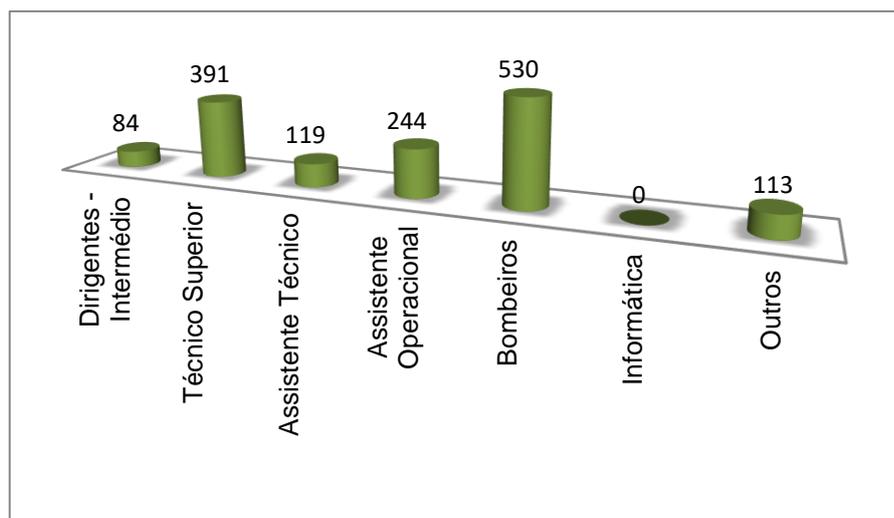


**Trabalhadores segundo as habilitações**

## 2.2.6. Motivos de ausência por cargo / carreira

Tipo de ausência	DI	TS	AT	AO	Bombeiro	Inform.	Outros	Total
Proteção na parentalidade	0	126	19	0	28	0	0	173
Falecimento de familiar	0	0	14	18,5	3	2	2	39,5
Doença	0	17	149	1459	40	0	70	1735
Por acidente em serviço ou doença profissional	0	0	0	749	58	0	0	807
Assistência a familiares	0	2	0	7	5	0	0	14
Por conta do período de férias	0	11	28,5	15	4	0	3	61,5
Greve	0	0	5	17	2	0	0	24
Injustificadas	0	0	0	1	0	0	0	1
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>156</b>	<b>215,5</b>	<b>2266,5</b>	<b>140</b>	<b>2</b>	<b>75</b>	<b>2855</b>

## 2.2.7. Horas de Formação por cargo / carreira



## 2.2.8. Conclusões

- No final do ano o número de trabalhadores era de 192, sendo 100 homens e 92 mulheres;
- A carreira/ cargo que predomina é a de Assistente Operacional (103 trabalhadores);
- Em relação ao regime jurídico de emprego, 98% tem CTFP por tempo indeterminado (188 Trabalhadores);

- Ao nível dos escalões de idades, 72 trabalhadores tem idades entre os 50 e 59 anos;
- Em relação às habilitações, 64 trabalhadores possuem o 12º ano de escolaridade ou equivalente. De referir que 22 trabalhadores tem o curso superior.
- 61% das ausências são motivadas por doença, seguida por acidente em serviço que representa 28% das ausências.

### 3. Atividade Desenvolvida

#### 3.1. Plano de Atividades

O reflexo da situação económica e financeira decorre de todas as atividades desenvolvidas ao longo do ano, por execução de ações inscritas nas Grandes Opções do Plano bem como da utilização de dotações corrigidas em orçamento.

A caracterização daquelas atividades numa perspetiva funcional, mostra que em 2018 deu-se continuidade ou concretizou-se o seguinte, no âmbito:

#### Das Funções Gerais da Administração Autárquica

- ✓ Garantimos o funcionamento dos diversos serviços do Município, nomeadamente, administrativos, financeiros, fiscalização e de obras, consubstanciando-se os mesmos na aquisição de equipamento administrativo, software e equipamento informático;
- ✓ Demos início ao projeto aprovado pelo Turismo de Portugal, IP para disponibilização de rede WiFi no centro histórico da Vila de Sardeal;
- ✓ Requalificámos a rede de dados da Câmara Municipal, incluindo a ligação com fibra de todos os edifícios onde funcionam os serviços;
- ✓ Instalámos o “Ponto Já”, na Loja do Cidadão em parceria com o Instituto Português do Desporto e da Juventude;
- ✓ Criámos a página de facebook do Município de Sardeal;
- ✓ No domínio da **Proteção Civil e Segurança Pública**:
  - Realizámos reparações nos edifícios, em viaturas e foram adquiridos alguns equipamentos;

- Demos continuidade ao funcionamento do Gabinete Técnico Florestal e da equipa de Sapadores Florestais, que beneficiam de subvenção por parte do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, e que no decurso das suas atividades, desenvolveu e acompanhou a execução das ações previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e do Plano Operacional Municipal;
- Continuámos a requalificar caminhos florestais numa lógica de prevenção e combate a incêndios florestais;
- Foram executadas diversas faixas de gestão de combustíveis, no âmbito do PMDFCI, tanto na rede primária como na rede secundária;
- Através do Corpo de Bombeiros Municipais de Sardeal garantimos todas as ações de proteção e socorro da população, bens e ambiente;
- Adquirimos uma ambulância nova do tipo B no âmbito do protocolo assinado entre o Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. (INEM) e o Município de Sardeal para constituição de um Posto de Emergência Médica (PEM);
- Criámos o acesso rodoviário ao Heliporto, a partir da entrada norte do quartel dos Bombeiros Municipais;
- Requalificámos o interior do edifício onde está alojada a força do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da GNR;
- Redimensionámos e alterámos fisicamente, o sistema de drenagem de águas pluviais da Loja do Cidadão, para fazer face a situações extremas provocadas pelas alterações climáticas.

## Das Funções Sociais

- ✓ No domínio da **Educação**:
  - Continuámos com a promoção de mais e melhores condições em termos de infraestruturas do Agrupamento de Escolas do Sardeal;
  - Assegurámos o circuito de transporte escolar através de viaturas do Município e também da Empresa Rodoviária do Tejo, S.A de acordo com o contrato celebrado com o Município;
  - Realizámos a viagem de estudo com estudantes do Concelho;

- Continuámos com os programas da componente de apoio à família (CAF) e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF);
  - Reapetechámos as Escolas e Jardins de Infância com material didático e equipamento informático;
  - Na Biblioteca do Município demos continuidade às atividades já desenvolvidas em anos anteriores (aquisição de obras literárias no âmbito do Plano Nacional de Leitura, apresentação de livros e teatros);
  - Protagonizámos a semana da leitura e feira do livro;
  - Demos continuidade aos protocolos com o Agrupamento de Escolas de Sardoal, nomeadamente o complemento de apoio às atividades extra curriculares (AEC) no 1º Ciclo;
  - Demos continuidade ao protocolo celebrado com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa referente ao Projeto “Redes de Escolas de Excelência – ESCXEL”;
  - Demos continuidade ao Projeto de rastreio e correção da acuidade visual e auditiva, no ensino pré-escolar, no âmbito do sucesso escolar;
  - Disponibilizámos o programa “Escola Virtual” para todos os alunos do 1º Ciclo;
  - Demos início ao à obra da empreitada referente à qualificação da Escola EB 2, 3 e Secundária de Sardoal.
- ✓ No domínio dos **Serviços Individuais de Saúde e Ação Social:**
- Ao nível da **Educação:**
    - Continuámos com o Programa da Fruta Escolar, com expansão ao pré-escolar, com financiamento exclusivo da Autarquia;
    - Reforçámos a atribuição dos auxílios económicos;
    - Continuámos com o Programa de Generalização das Refeições Escolares;
    - Atribuimos refeições escolares gratuitas a todas as crianças até final do 2º ciclo;
    - Atribuimos Bolsas de Estudo a alunos que frequentam o ensino superior, incluindo o TESP;
    - Atribuimos bolsas de mérito aos alunos dos 10º e 11º anos;
    - Demos início à implementação do Projeto PEDIME – Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação no Médio Tejo, nomeadamente através da Educação pela Arte com os

- alunos do 1º Ciclo do Agrupamento (Dança - “Porque é que o Céu é Azul” e Teatro - “Sardoal mostra-se”);
- Implementámos o projeto READ - Reading Education Assistance Dogs, direcionado para alunos com Necessidades Educativas Especiais.
- Ao nível da **Habitação**:
    - Continuámos com o processo de atribuição, transferências de Habitação, Atualização de Rendas/Cálculo de Rendas;
    - Fizemos algumas obras de manutenção, conservação e requalificação nas habitações sociais.
  - Assegurámos o atendimento diário aos Municípes;
  - Reforçámos a atividade na Loja Social;
  - Continuámos a ser parceiros no Projeto de Intervenção Precoce;
  - Colaborámos no processo de atribuição do Rendimento Social de Inserção;
  - Dinamizámos a Rede Social, através do Núcleo Executivo e Conselho Local de Ação Social;
  - Colaborámos no preenchimento da base de dados concelhia, no âmbito do Programa Rede Social;
  - Canalizámos muitos dos nossos esforços em diferentes ações da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sardeal;
  - Realizámos os passeios recreativos para idosos;
  - Continuámos a atribuir incentivos à Natalidade;
  - Demos continuidade à Universidade Sénior, nas suas diferentes atividades;
  - Desenvolvemos projetos em articulação com o CLDS e RELIS;
  - Demos continuidade ao Protocolo com Associação Dignidade no âmbito Programa ABEM (Rede Solidária do Medicamento);
  - Promovemos ações de sensibilização para as substâncias aditivas.
- ✓ Relativamente ao **Abastecimento de Água e Saneamento**:
    - Fizemos algumas reparações/manutenções em toda a rede;
    - Realizámos diferentes trabalhos de manutenção das ETAR's;
    - Concluímos a obra de substituição das condutas da rede em Panascos;
    - Iniciámos o cadastro das infraestruturas de abastecimento e saneamento.
  - ✓ Garantiu-se a recolha e tratamento dos **Resíduos Sólidos Urbanos**, através dos próprios recursos do Município e da Empresa Valnor, S.A;

- ✓ Adquirimos um projetor de cinema digital para o Centro Cultural;
- ✓ No âmbito dos **Serviços Culturais**, desenvolvemos as seguintes atividades:
  - Comemoração da data de 25 de Abril;
  - Semana Santa;
  - Dia Mundial da Criança;
  - Festas do Concelho / Mostra de Produtos Locais;
  - Boletim Municipal e Notas à Imprensa;
  - Feiras e Mercados;
  - Exposições, Cinema, Música, Teatro e Dança;
  - Cinema ao ar livre;
  - Colóquios e Ações de Formação;
  - Médio Tejo Digital;
  - Sardoaal JAZZ;
  - Rede EUNICE (em parceria com o Teatro Nacional D. Maria II);
  - Festival Internacional de Piano;
  - Concurso de Prosa e Poesia;
  - Feira do Livro de Natal;
  - Caminhos da Pedra.
- ✓ No âmbito do **Turismo**:
  - Continuámos com os trabalhos do Plano Estratégico do Turismo Religioso;
  - Realizámos/promovemos diversas visitas ao Património de interesse cultural e turístico em articulação com a Santa Casa da Misericórdia e Fábrica da Igreja;
  - Continuámos com iniciativa “Moinhos Abertos de Portugal” em parceria com a Junta Freguesia do Sardoaal;
  - Demos início às obras de requalificação da Capela de N. S<sup>a</sup> do Carmo, no âmbito do projeto do Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património;
  - Participámos novamente, apresentando o Município e suas potencialidades turísticas na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) e no VI Workshop de Turismo Religioso em Fátima;
  - Participámos também no Congresso Internacional de Cidades Santuário em Fátima;
  - Concluímos a estratégia do Centro Interpretativo de Gil Vicente;

- Elaborámos o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico para o Concelho de Sardoal;
- Criámos e implementámos a nova identidade visual para o Concelho de Sardoal;
- A convite da Câmara Municipal de Caminha, participámos nas Festas Religiosas daquela vila, com a elaboração de um tapete de flores.
- ✓ Na área do **Desporto e Recreio**:
  - Realizámos trabalhos de manutenção no complexo desportivo, nomeadamente balneários, relvado, iluminação, e demos cumprimento aos respetivos imperativos legais (inspeção/certificação de equipamentos);
  - Realizámos o projeto “Bora Lá Meninas” em parceria com o Agrupamento de Escolas e Associação de Futebol de Santarém;
  - Dinamizámos o programa de Férias Desportivas para crianças e jovens;
  - Dinamizámos diversas atividades na Piscina Coberta, com aulas de natação, hidrosénior e hidroginástica;
  - Apoiámos a realização de ATL em parceria com o Agrupamento de Escolas e Associação de Pais;
  - Realizámos as “III Jornadas do Associativismo”, em parceria com o CLDS 3G – Sardoal SIM e a Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém (FAJUDIS), subordinadas ao tema – Capacitar para melhor intervir;
  - Realizámos o “V Trail Terras do Sardão”;
  - Requalificámos alguns equipamentos na Área de Lazer da Lapa;
  - Demos início ao apoio ao Grupo Desportivo de Alcaravela no âmbito da candidatura ao programa PRID (Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas), promovido pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude;
  - Realizámos o Campeonato Nacional de OriBTT – Distância Média e Longa, e o Campeonato Ibérico de OriTrail/Rogaine;
  - Promovemos os nossos Percursos Pedestres, com a dinamização de diferentes passeios e realizámos a Rota das Árvores Emblemáticas em BTT;
  - Apoiámos a realização do Mósferias;
  - Colaborámos na dinamização e promoção da Rota da N2;

- Demos início ao processo de requalificação da Piscina Descuberta no âmbito do Programa BEM – Beneficiação de Equipamentos Municipais (elaboração do projeto e aprovação da candidatura).
- ✓ Na área da **Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza:**
  - Efetuámos campanhas de sensibilização, no sentido de alertar e ensinar a população a não ter comportamentos de risco, em defesa do meio ambiente e da natureza;
  - Promovemos atividades de voluntariado no âmbito do Programa de Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas do Instituto Português do Desporto e da Juventude.
- ✓ Requalificámos a “Capela” do Cemitério de Andreus;
- ✓ Analisámos as candidaturas e demos diferentes apoios, às coletividades do Concelho, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.

## Das Funções Económicas

- ✓ Na vertente de **Indústria e Energia:**
  - Promovemos e em conjunto com a EDP, a ampliação e racionalização da rede de iluminação pública no Concelho, tendo sido instaladas cerca de 425 luminárias LED;
  - Participámos em projetos promovidos pela Médio Tejo 21;
  - Realizámos a empreitada para substituição da Unidade Desumidificadora da Piscina Coberta, no âmbito do Fundo de Eficiência Energética.
- ✓ Relativamente aos **Transportes e Comunicações:**
  - Desenvolvemos diversas ações de urbanização e de melhoria dos arruamentos, vias de comunicação e sinalética;
  - Pavimentámos alguns arruamentos em Lobata e S. Domingos;
  - Concluímos a pavimentação dos arruamentos de Panascos;
  - Substituímos diversa sinalização vertical no âmbito do Fundo de Emergência Municipal (incêndios de 2017);
  - Continuámos com o sistema de Transporte a Pedido, em parceria com a CIMT.
- ✓ Concluímos a toponímia da Freguesia de Sardeal;

- ✓ Continuámos com a adaptação do Lagar dos Paulinos para espaço partilhado para artes e ofícios (ArtOf);
- ✓ Dinamizámos o Mercado Municipal através do Gabinete de Apoio ao Empresário e em parceria com a Tagus, na promoção dos produtos endógenos;
- ✓ Dinamizámos o espaço Cá da Terra nas suas vertentes de comercialização, promoção, e workshop's dos produtos locais e exposições relacionadas com a história e cultura do Concelho;
- ✓ Demos continuidade à iniciativa das mostras de presépios nas Capelas e no Comércio local;
- ✓ Continuámos a estabelecer parcerias e organizar diversas iniciativas no âmbito do Gabinete de Apoio ao Empresário;
- ✓ Continuámos com a dinamização do espaço EMPREENDE e do espaço ArtOf, no qual foram instalados dois artesãos;
- ✓ Elaborámos a Estratégia Integrada de Desenvolvimento de Sardeal.

### **Das Outras Funções:**

- ✓ Tal como tem acontecido em anos anteriores, destacamos novamente, a satisfação do serviço da dívida ao longo de 2018, decorrente dos Empréstimos de Médio e Longo Prazos contratados;
- ✓ Elaborámos e operacionalizámos acordos de execução com as Juntas de Freguesia.

### **3.2. Grandes Opções do Plano**

A execução anual das Grandes Opções do Plano, as mesmas totalizaram o valor de € **2.156.436,60**, sendo que no Plano Plurianual de Investimentos o valor ascendeu a € 461.846,64 e nas Atividades Mais Relevantes o valor de € 1.694.589,26.

De referir que as GOP's registaram um nível de execução anual de 78,33%. Já ao nível do PPI a taxa foi de 58,67% e as AMR a taxa foi de 86,20%.

Comparando com o ano anterior as GOP's registaram uma diminuição de 8,18%, sendo que o PPI diminuiu em 30,10%, por sua vez as AMR registaram um aumento de 1,31% face ao ano anterior.

A Função **Operações da Dívida Autárquica** representa um peso de 58%, cuja origem advém do reconhecimento das Amortizações dos Empréstimos contraídos pelo Município.

A Função **Económicas** é outra função que tem grande representatividade, com um peso de 21%, onde se inclui os investimentos nos **Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos**, com o peso de 10% seguido da rubrica **Educação**, com peso de 8%.

### Classificação funcional da despesa

Descrição	MONTANTE EXECUTADO NO ANO					
	2.017		2.018			
	PPI	AMR	PPI	AMR	TOTAL	Peso
<b>1 Funções Gerais</b>	<b>91.511,01</b>	<b>57.012,53</b>	<b>198.488,45</b>	<b>52.041,00</b>	<b>250.529,45</b>	<b>11,62%</b>
<b>1.1.0 Serviços Gerais da Administração Pública</b>	<b>66.820,99</b>	<b>39.012,53</b>	<b>89.512,09</b>	<b>34.041,00</b>	<b>123.553,09</b>	<b>5,73%</b>
1.1.1 Administração geral	66.820,99	39.012,53	89.512,09	34.041,00	123.553,09	5,73%
<b>1.2.0 Segurança e Ordem Públicas</b>	<b>24.690,02</b>	<b>18.000,00</b>	<b>108.976,36</b>	<b>18.000,00</b>	<b>126.976,36</b>	<b>5,89%</b>
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	24.690,02	18.000,00	108.976,36	18.000,00	126.976,36	5,89%
<b>2 Funções Sociais</b>	<b>283.888,02</b>	<b>306.023,61</b>	<b>146.586,35</b>	<b>314.844,15</b>	<b>461.430,50</b>	<b>21,40%</b>
<b>2.1.0 Educação</b>	<b>96.417,24</b>	<b>81.211,83</b>	<b>70.331,08</b>	<b>98.025,86</b>	<b>168.356,94</b>	<b>7,81%</b>
2.1.1 Ensino não superior	81.918,00	1.366,57	63.433,28	9.571,03	73.004,31	3,39%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	14.499,24	79.845,26	6.897,80	88.454,83	95.352,63	4,42%
<b>2.3.0 Segurança e Acção Sociais</b>	<b>1.620,23</b>	<b>54.695,44</b>	<b>2.060,82</b>	<b>43.047,15</b>	<b>45.107,97</b>	<b>2,09%</b>
2.3.2 Acção social	1.620,23	54.695,44	2.060,82	43.047,15	45.107,97	2,09%
<b>2.4.0 Habitação e Serviços Colectivos</b>	<b>168.838,87</b>		<b>14.531,15</b>	<b>8.400,00</b>	<b>22.931,15</b>	<b>1,06%</b>
2.4.1 Habitação						
2.4.2 Ordenamento do território	7.261,70		4.721,27		4.721,27	0,22%
2.4.3 Saneamento	12.531,91		2.377,41		2.377,41	0,11%
2.4.4 Abastecimento de água	143.953,59		388,68		388,68	0,02%
2.4.5 Resíduos sólidos	4.939,79		7.043,79		7.043,79	0,33%
2.4.6 Protecção do meio ambiente	151,88			8.400,00	8.400,00	0,39%
<b>2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos</b>	<b>17.011,68</b>	<b>170.116,34</b>	<b>59.663,30</b>	<b>165.371,14</b>	<b>225.034,44</b>	<b>10,44%</b>
2.5.1 Cultura	9.201,89	153.869,34	38.450,88	148.036,14	186.487,02	8,65%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	7.809,79	16.247,00	21.212,42	17.335,00	38.547,42	1,79%
<b>3 Funções Económicas</b>	<b>642.645,18</b>	<b>26.358,06</b>	<b>81.768,23</b>	<b>27.610,00</b>	<b>109.378,23</b>	<b>4,97%</b>
<b>3.1.0 Agricultura, Silvicultura Pecuária e Pesca</b>		<b>2.654,70</b>	<b>7.773,60</b>	<b>2.460,00</b>	<b>10.233,60</b>	<b>0,47%</b>
<b>3.2.0 Indústria e Energia</b>			<b>1.448,43</b>		<b>1.448,43</b>	<b>0,07%</b>
<b>3.3.0 Transportes e Comunicações</b>	<b>634.010,58</b>		<b>72.296,20</b>		<b>72.296,20</b>	<b>3,35%</b>
3.3.1 Transportes rodoviários	634.010,58		72.296,20		72.296,20	3,35%
<b>3.4.0 Comércio e Turismo</b>	<b>8.634,60</b>		<b>250,00</b>	<b>8.239,77</b>	<b>8.489,77</b>	<b>0,39%</b>
3.4.1 Mercados e feiras						
3.4.2 Turismo	8.634,60		250,00	8.239,77	8.489,77	0,39%
<b>3.5.0 Outras funções económicas</b>		<b>23.703,36</b>		<b>16.910,23</b>	<b>16.910,23</b>	<b>0,78%</b>
<b>4 Outras Funções</b>	<b>16.912,42</b>	<b>985.582,18</b>	<b>35.003,61</b>	<b>1.300.094,81</b>	<b>1.335.098,42</b>	<b>61,91%</b>
<b>4.1.0 Operações da Dívida Autárquica</b>		<b>939.748,88</b>		<b>1.248.618,94</b>	<b>1.248.618,94</b>	<b>57,90%</b>
<b>4.2.0 Transferências entre Administrações</b>		<b>45.833,30</b>		<b>51.475,87</b>	<b>51.475,87</b>	<b>2,39%</b>
<b>4.3.0 Diversas não especificadas</b>	<b>16.912,42</b>		<b>35.003,61</b>		<b>35.003,61</b>	<b>1,62%</b>
<b>Total</b>	<b>1.034.956,63</b>	<b>1.374.976,38</b>	<b>461.846,64</b>	<b>1.694.589,96</b>	<b>2.156.436,60</b>	<b>100,00%</b>
Diferença 2018 - 2017			-573.109,99	319.613,58	-253.496,41	

## 4. Análise da Situação Orçamental, Económica e Patrimonial

### 4.1. Ótica de Gestão Orçamental

#### 4.1.1. Principais Destaques

<b>Indicadores</b>				
<b>Indicador</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>Receita</b>				
Crescimento da receita total	6%	10%	5%	2%
Receitas correntes / Receitas totais	88%	78%	77%	76%
Crescimento das receitas correntes	1%	-2%	4%	1%
Receitas fiscais / Receitas correntes	8%	7%	7%	8%
Receitas correntes executadas / Receitas correntes orça	85%	86%	85%	87%
<b>Despesa</b>				
Crescimento da despesa total	6%	0%	14%	0%
Despesas correntes / Despesa total	76%	80%	71%	75%
Crescimento das despesas correntes	-2%	5%	2%	6%
Despesas com pessoal / Despesas correntes	58%	59%	59%	57%
Despesas correntes executadas / Despesas correntes or	84%	88%	87%	85%
<b>Equilíbrio orçamental e Dívida</b>				
Saldo corrente / Receitas correntes	13%	7%	8%	4%
Serviço da dívida / Receitas correntes	14%	18%	18%	23%

O orçamento de 2018, antes de qualquer análise mais detalhada, carece de referência à sua execução seja em termos de valor absoluto ou percentual.

Os rácios orçamentais registaram, em 2018, valores que demonstram que se continuou a manter um efetivo controlo do orçamento, uma vez que ao nível da execução da receita total registou um aumento de 2% face a 2017, no âmbito da despesa a mesma manteve-se tendo em conta o ano de 2017.

O peso das receitas correntes face ao total diminuíram em 1% comparado com 2017, registando um peso de 76%.

As receitas fiscais face às receitas correntes, registaram um aumento de 1%, tendo as mesmas registado um peso de 8%.

Em relação à despesa total e considerando que a análise é feita à execução (pagamentos), podemos verificar que o peso das despesas correntes representaram 75% do total das despesas, tendo-se verificado um aumento de 4%.

O peso das despesas com o pessoal, diminuíram em 2%, face ao ano 2017, representando 57% das despesas correntes.

Em relação à execução da despesa corrente verificamos uma diminuição de 2%, sendo a execução de 85%, ficando 2% abaixo da execução da receita, 87%.

### **4.1.2. Equilíbrio Orçamental**

Com a entrada em vigor da nova Lei das finanças locais, o **equilíbrio orçamental** pressupõe que a receita corrente bruta cobrada seja pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. É referido ainda que o resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5 % das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

O cálculo das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, nos termos do n.º 4 do artigo 40º da Lei nº 73/2013 de 3 setembro, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.

Face ao exposto apresenta-se demonstração do cálculo das mesmas:

### Amortizações médias de empréstimos

Descrição	Div a	anos	Data da	Capital	valor	2018
	01/01/2014	em falta	Contratualiz.	Contratado	utilizado 31/dez	
[7] - 0750/000636/891 - Invest./SB - Barragem Lapa	176.288,84	6				29.381,47
[9] - 0750/000638/491 - Investimento III QCA	525.031,63	6				87.505,27
[11] - 0750/000645/791 - Emp. P/Investim. DTL	398.564,34	8				49.820,54
[12] - 9015/003033/891 - Fin. Diversos Projectos	703.740,34	9				78.193,37
[13] - 9140/013374/691 - Centro Cultural	260.908,50	11				23.718,95
[14] - 9140/013555/291 - Linha Crédito a Incêndios	52.537,81	6				8.756,30
[15] - 9015/004310/391 - Vários Projectos	338.114,66	12				28.176,22
[16] - 9015/004626/991 - C.Cult./Sub.Cond.Andreus	85.661,74	12				7.138,48
[17] - 9015/005013/491 - San.Fin. - Valnor e CIMT	78.606,81	5				15.721,36
[18] - 9015/005014/291 - San. Financeiro - ADSE	250.540,51	5				50.108,10
[19] - 0770017216 - R. Sobreiros e M <sup>o</sup> José Batista	28.673,22	14				2.048,09
[20] - 0770024433 - Diversos Projectos	443.559,98	14				31.682,86
[21] - 0770030593 - Projectos Diversos	374.859,48	16				23.428,72
[23] - DGT - PREDE	415.640,00	5				83.128,00
[24] - DGAL - PAEL	433.673,53	13				
[27] Repavim. Subst. Cond Panascos e Valhascos		15	04-08-2016	632.319,00	628.878,67	41.998,82
[29] Casos Novos e Zona histórica		8	09-03-2017	236.700,00	204.652,64	27.299,36
[30] Escola Básica 1,2,3 e S de Sardoal		20	09-03-2017	934.582,64	145.351,28	7.434,49
[32] Substituição da Dívida - AVT		3	05-06-2018	196.311,94	196.311,94	65.437,31
[33] Substituição da Dívida - PAEL		10	04-06-2018	305.117,69	289.115,71	28.911,57
	<b>4.752.069,49</b>			<b>2.305.031,27</b>	<b>1.464.310,24</b>	<b>689.889,28</b>

Em relação ao equilíbrio orçamental verifica-se que o mesmo está em desequilíbrio, registando uma margem de € 446.635,50, apesar das receitas correntes cobradas serem superiores às despesas correntes.

Assim podemos concluir que a rubrica que influenciou para que o princípio não fosse cumprido, foi amortizações médias de empréstimos.

De acordo com o estipulado na Lei n.º 75/2013, artigo 40.º o mesmo pode estar em desequilíbrio até ao valor máximo de 5% das receitas correntes, € 276.146,26, o qual deverá ser compensado no ano seguinte.

De referir ainda que no ano de 2017 o mesmo já estava em desequilíbrio no valor de € 151.080,46, pelo que no ano de 2018 deveria ter sido compensado, o que acabou por não acontecer, tendo-se agravado, registando um aumento de € 295.555,03.

Em relação às amortizações médias de empréstimos, em 2018, as mesmas registaram um valor de € 689.889,28, registando um aumento de € 78.621,96.

O referido aumento deve-se principalmente ao facto de durante o ano de 2018, se ter feito “Operações de substituição de dívida”, nomeadamente a substituição de dívida referente ao acordo existente com a Empresa Águas de Vale do Tejo, S.A, nos termos artigo 101.º do OE 2018, que apesar de financeiramente ter sido na globalidade favorável para o Município,

no âmbito deste princípio, vem agravar ainda mais. De referir que o valor em causa é de 65,5 mil euros.

Fazendo uma análise mais detalhada à rubrica em causa verificamos que cerca de 75% do valor é referente a empréstimos contratados antes da entrada em vigor da referida Lei, e que cerca de 437 mil se referem a empréstimos contraídos para pagamento de obras realizadas pelo Município.

Abaixo apresenta-se mapa do cálculo do referido princípio:

### Equilíbrio Orçamental

<b>Equilíbrio art. 40.º Lei 73/2013</b>			
<b>Receita corrente cobrada bruta</b>	<b>2018</b>	2017	Diferença
<b>&gt;=</b>			
<b>Despesa corrente + amortização média</b>			
Receita corrente cobrada bruta	5.522.925,12	5.450.511,64	-72.413,48
Despesa corrente	5.279.671,34	4.990.324,79	289.346,55
Amortizações médias	689.889,28	611.267,31	78.621,96
<b>Sub_total</b>	<b>-446.635,50</b>	<b>-151.080,46</b>	<b>295.555,03</b>
Valor a Compensar referente ao ano anterior	151.080,46		
<b>Equilíbrio</b>			
<b>Desequilíbrio</b>	<b>597.715,96</b>		
Limite -5% das receitas correntes*	276.146,26		
*o excesso deverá ser compensado no ano seguinte ( n.º3, art.º 40º)			

No âmbito da poupança corrente podemos verificar que a mesma registou um valor de € 243.253,78, tendo diminuído em € 216.933,07, face a 2017.

### Poupança corrente do exercício

<b>Designação</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Variação</b>
Receita corrente executada	5.522.925,12	5.450.511,64	72.413,48
Despesa corrente executada	5.279.671,34	4.990.324,79	289.346,55
<b>Poupança corrente executada</b>	<b>243.253,78</b>	<b>460.186,85</b>	<b>-216.933,07</b>
Dívida corrente transitada da gerência anterior	595.816,98	549.718,57	46.098,41
Dívida corrente transitada para a gerência seguinte	711.754,18	595.816,98	115.937,20
Receita corrente liquidada e não cobrada do exercício	68.375,95	85.469,72	-17.093,77
<b>Poupança corrente do exercício</b>	<b>195.692,53</b>	<b>499.558,16</b>	<b>-303.865,63</b>

A poupança corrente do exercício registou um valor positivo de € 195.692,53, registando uma diminuição de € 303.865,63, face a 2017.

### 4.1.2.1. Equilíbrio Efetivo

Na elaboração do orçamento de 2018 procurou-se respeitar o equilíbrio efetivo, sustentando todas as despesas efetivas (despesas excluídas dos ativos e dos passivos financeiros) por receitas efetivas (receitas com exclusão de ativos e passivos financeiros), em obediência à regra da boa gestão financeira e da proteção dos ativos patrimoniais.

#### Saldo global efetivo

Designação	2018	2017	Variação
Receitas correntes	5.522.925,12	5.450.511,64	72.413,48
Receitas de capital (efetivas)	1.643.393,58	1.044.088,66	599.304,92
<b>Receita efetiva</b>	<b>7.166.318,70</b>	<b>6.494.600,30</b>	<b>671.718,40</b>
Despesas correntes	5.279.671,34	4.990.324,79	289.346,55
Despesas de capital (efetivas)	1.718.705,16	2.013.069,90	-294.364,74
<b>Despesa efetiva</b>	<b>6.998.376,50</b>	<b>7.003.394,69</b>	<b>-5.018,19</b>
Saldo corrente	243.253,78	460.186,85	-216.933,07
Saldo de capital	-75.311,58	-968.981,24	893.669,66
<b>Saldo global efetivo</b>	<b>167.942,20</b>	<b>-508.794,39</b>	<b>676.736,59</b>

No mapa anterior podemos verificar que o saldo global efetivo regista um valor positivo de € 167.942,20, sendo o mesmo evidenciado pelo facto dos saldos efetivos, corrente no valor de € 243.253,78 e de capital no valor negativo de € 75.311,58, tendo registado uma variação positiva no valor de € 676.736,59 face a 2017.

### 4.1.2.2. Equilíbrio Orçamental Formal e Substancial

Referente ao equilíbrio orçamental formal podemos verificar que as receitas cobradas são superiores às despesas pagas em 3%.

Já em relação ao equilíbrio orçamental substancial, verificamos que as receitas cobradas representam 91% da soma das despesas pagas com a dívida a terceiros, tendo-se registado uma diminuição de 1% face a 2017.

#### Equilíbrio Orçamental Formal / Substancial

	2015	2016	2017	2018
Receitas Totais	6.098.024,22	6.693.731,26	7.060.314,20	7.228.171,31
Despesas Totais	6.101.354,45	6.128.192,81	7.003.394,69	6.998.376,50
<b>Equilíbrio Orçamental Formal</b>	<b>100%</b>	<b>109%</b>	<b>101%</b>	<b>103%</b>
Receitas Totais	6.098.024,22	6.693.731,26	7.060.314,20	7.228.171,31
Despesas Totais	6.101.354,45	6.128.192,81	7.003.394,69	6.998.376,50
Div Terceiros a 31 Dez (orçamental)	877.759,19	710.289,84	711.090,64	949.578,64
<b>Equilíbrio Orçamental Substancial</b>	<b>87%</b>	<b>98%</b>	<b>92%</b>	<b>91%</b>

### 4.1.3. Vinculação Orçamental

Outra vertente a nível orçamental que devemos analisar é a vinculação orçamental, isto é, os custos assumidos fixos que se vinculam automaticamente ao orçamento.

<b>Vinculação Orçamental</b>				
	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Custos com o Pessoal	2.711.787,92	2.861.541,47	2.930.895,02	3.033.975,49
Juros	44.559,29	54.905,69	40.716,38	48.488,05
Passivos Financeiros	710.093,06	890.203,58	916.755,79	1.218.786,51
Div a Terceiros do ano anterior	669.763,65	877.759,19	710.289,84	711.090,64
<b>Total</b>	<b>4.136.203,92</b>	<b>4.684.409,93</b>	<b>4.598.657,03</b>	<b>5.012.340,69</b>
Disponibilidades Orçamentais	7.013.347,00	7.612.778,53	8.043.952,61	8.184.086,90
Saldo da Gerência anterior		539,00	565.651,00	60.126,00
<b>Total</b>	<b>7.013.347,00</b>	<b>7.613.317,53</b>	<b>8.609.603,61</b>	<b>8.244.212,90</b>
<b>% da Receita Vinculada</b>	<b>59%</b>	<b>62%</b>	<b>53%</b>	<b>61%</b>
<b>% da Receita não Vinculada</b>	<b>41%</b>	<b>38%</b>	<b>47%</b>	<b>39%</b>

Face ao exposto, verificamos que 61% da receita fica vinculada aos custos assumidos fixos, registando um aumento de 8% face a 2017, ficando com receita não vinculada, isto é, sem despesa associada em 39%.

## 4.2. Análise da Despesa

### 4.2.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa

No decurso do ano de 2018, registaram-se 21 modificações orçamentais, sendo 15 alterações e seis revisões, que, no seu conjunto, determinaram uma diminuição no valor global do orçamento de € 1.604.431,00, o que representa uma diminuição de 16%.

Os reforços mais significativos registaram-se na rubrica “Passivos Financeiros” que totalizaram € 540.675,00. De referir que os mesmos são relativos aos reembolsos de empréstimos, nomeadamente o de curto prazo no valor de € 350.000,00,

Em relação às reduções, destaque para a rubrica “Aquisição de bens de capital”, que registaram uma redução de € 1.858.655,62. Esta situação deve-se ao facto de as obras da requalificação da escola básica 1,2, 3 e secundária Sardoal terem apenas iniciado em Novembro do ano 2018., Destacar também a redução da rubrica “Aquisição de bens e serviços” no valor de € 382.712,72. Esta redução é relativa, nomeadamente aos serviços previstos na candidatura “Estabilização de emergência pós-incêndio 2016”, os quais serão prestados já durante o ano de 2019.

### Alterações e revisões orçamentais segundo a natureza económica

Capítulos	Dotação Inicial	Alterações	Dotação final		%
			Valor	Peso	
Despesas com pessoal	3.005.085,00	63.959,00	3.069.044,00	37%	2%
Aquisição de bens e serviços	3.009.465,00	-382.712,72	2.626.752,28	31%	-13%
Juros e outros encargos	61.060,00	16.086,00	77.146,00	1%	26%
Transferências correntes	317.406,00	5.332,34	322.738,34	4%	2%
Subsídios	3.766,00	3.466,00	7.232,00	0%	92%
Outras despesas correntes	102.745,00	21.600,00	124.345,00	1%	21%
<b>Despesas correntes</b>	<b>6.499.527,00</b>	<b>-272.269,38</b>	<b>6.227.257,62</b>	<b>74%</b>	<b>-4%</b>
Aquisição de bens de capital	2.645.900,00	-1.858.655,62	787.244,38	9%	-70%
Transferências de capital	38.907,00	-14.181,00	24.726,00	1%	-36%
Ativos financeiros	48.630,00		48.630,00	1%	
Passivos financeiros	720.336,00	540.675,00	1.261.011,00	15%	75%
<b>Despesas de capital</b>	<b>3.453.773,00</b>	<b>-1.332.161,62</b>	<b>2.121.611,38</b>	<b>26%</b>	<b>-39%</b>
<b>Total</b>	<b>9.953.300,00</b>	<b>-1.604.431,00</b>	<b>8.348.869,00</b>	<b>100%</b>	<b>-16%</b>

#### 4.2.2. Execução Orçamental da Despesa

Em relação à execução orçamental podemos verificar que a mesma registou um total de 84%, sendo que a despesa corrente registou uma execução de 85% e a despesa de capital de 81%.

Verificamos ainda que ficou por executar o valor de € 1.350.491,50.

Em termos de execução, os desvios mais significativos são registados na rubrica de aquisição de bens e serviços, no montante € 776.773,37.

Em relação à despesa paga podemos verificar que o valor foi idêntico ao registado no ano de 2017, € 6.998.376,50, menos € 5.018,19 do que no ano anterior.

Em relação à dívida comprometida e não paga no valor de € 949.578,64 é a rubrica “Aquisição de bens e serviços” que maior valor apresenta, € 611.917,96.

### Despesa por classificação económica

Capítulos	2015	2016	2017	Despesa	Despesa	Despesa	Desvio	Taxa de	Despesa
				Orçada	comprometida/ Realizada	Paga		execução	realizada e não paga
				1	2	3		4 = 3 - 1	5 = 3 / 1
Despesas com pessoal	2.711.787,92	2.861.541,47	2.930.895,02	3.069.044,00	3.043.820,11	3.033.975,49	-35.068,51	99%	9.844,62
Aquisição de bens e serviços	1.449.885,19	1.495.851,92	1.669.016,39	2.626.752,28	2.461.896,87	1.849.978,91	-776.773,37	70%	611.917,96
Juros e outros encargos	44.559,29	54.905,69	40.716,38	77.146,00	51.757,87	48.488,05	-28.657,95	63%	3.269,82
Transferências correntes	320.884,19	344.218,78	249.436,21	322.738,34	310.206,23	248.370,30	-74.368,04	77%	61.835,93
Subsídios	5.875,00	3.370,00	760,00	7.232,00	6.989,50	5.021,00	-2.211,00	69%	1.968,50
Outras despesas correntes	109.975,17	113.011,34	99.500,79	124.345,00	116.754,94	93.837,59	-30.507,41	76%	22.917,35
<b>Despesas correntes</b>	<b>4.642.966,76</b>	<b>4.872.899,20</b>	<b>4.990.324,79</b>	<b>6.227.257,62</b>	<b>5.991.425,52</b>	<b>5.279.671,34</b>	<b>-947.586,28</b>	<b>85%</b>	<b>711.754,18</b>
Aquisição de bens de capital	712.860,62	298.304,56	1.034.956,63	787.244,38	647.532,44	461.846,64	-325.397,74	59%	185.685,80
Transferências de capital	15.982,01	27.881,47	22.453,48	24.726,00	14.605,67	4.031,01	-20.694,99	16%	10.574,66
Ativos financeiros	19.452,00	38.904,00	38.904,00	48.630,00	34.041,00	34.041,00	-14.589,00	70%	
Passivos financeiros	710.093,06	890.203,58	916.755,79	1.261.011,00	1.260.350,51	1.218.786,51	-42.224,49	97%	41.564,00
<b>Despesas de capital</b>	<b>1.458.387,69</b>	<b>1.255.293,61</b>	<b>2.013.069,90</b>	<b>2.121.611,38</b>	<b>1.956.529,62</b>	<b>1.718.705,16</b>	<b>-402.906,22</b>	<b>81%</b>	<b>237.824,46</b>
<b>Total</b>	<b>6.101.354,45</b>	<b>6.128.192,81</b>	<b>7.003.394,69</b>	<b>8.348.869,00</b>	<b>7.947.955,14</b>	<b>6.998.376,50</b>	<b>-1.350.492,50</b>	<b>84%</b>	<b>949.578,64</b>
<b>Diferença</b>	<b>897.022,05</b>	<b>870.183,69</b>	<b>-5.018,19</b>						

### 4.2.3. Evolução da Despesa

Da diferença entre a despesa realizada e a despesa paga em 2018 resulta uma dívida total a transitar para o ano de 2019 de € 949.578,64.

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das despesas com pessoal, que representam 38% na despesa realizada, e 43% na despesa paga, registando um aumento de 4% face ao ano de 2017, com uma taxa de execução de pagamentos de 99%.

Este agrupamento, em conjunto com o das aquisições de bens e serviços e Passivos financeiros, representam 86% da despesa paga.

A rubrica “Passivos financeiros” foi a rubrica que registou o maior aumento absoluto no valor de € 302.030,72 face ao ano anterior, totalizando o valor de € 1.218.786,51. Salienta-se que esta rubrica diz respeito ao pagamento de amortizações de empréstimos. No referido valor está incluído o valor amortizado referente ao empréstimo do PAEL, considerando que o mesmo foi substituído pelo empréstimo contraído à Caixa Crédito Agrícola Mutuo no valor de € 289.115,71.

### Evolução da despesa global realizada e paga

Capítulos	Despesa Paga		Variação		Realizado		Variação			
	2018	Peso	2017	Peso	17 - 18	2018	Peso	2017	Peso	17 - 18
Despesas com pessoal	3.033.975,49	43%	2.930.895,02	42%	4%	3.043.820,11	38%	2.942.080,16	38%	3%
Aquisição de bens e serviços	1.849.978,91	26%	1.669.016,39	24%	11%	2.461.896,87	31%	2.172.401,83	28%	13%
Juros e outros encargos	48.488,05	1%	40.716,38	1%	19%	51.757,87	1%	46.104,44	1%	12%
Transferências correntes	248.370,30	4%	249.436,21	4%	0%	310.206,23	4%	297.132,55	4%	4%
Subsídios	5.021,00	0%	760,00	0%	561%	6.989,50	0%	2.165,00	0%	223%
Outras despesas correntes	93.837,59	1%	99.500,79	0%	-6%	116.754,94	1%	126.257,79	1%	-8%
<b>Despesas correntes</b>	<b>5.279.671,34</b>	<b>75%</b>	<b>4.990.324,79</b>	<b>71%</b>	<b>6%</b>	<b>5.991.425,52</b>	<b>75%</b>	<b>5.586.141,77</b>	<b>72%</b>	<b>7%</b>
Aquisição de bens de capital	461.846,64	7%	1.034.956,63	15%	-55%	647.532,44	7%	1.130.778,29	15%	-43%
Transferências de capital	4.031,01	0%	22.453,48	0%	-82%	14.605,67	0%	22.453,48	0%	-35%
Ativos financeiros	34.041,00	1%	38.904,00	1%	-13%	34.041,00	0%	58.356,00	1%	-42%
Passivos financeiros	1.218.786,51	17%	916.755,79	13%	33%	1.260.350,51	16%	916.755,79	12%	37%
<b>Despesas de capital</b>	<b>1.718.705,16</b>	<b>25%</b>	<b>2.013.069,90</b>	<b>29%</b>	<b>-15%</b>	<b>1.956.529,62</b>	<b>25%</b>	<b>2.128.343,56</b>	<b>28%</b>	<b>-8%</b>
<b>Total</b>	<b>6.998.376,50</b>	<b>100%</b>	<b>7.003.394,69</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>	<b>7.947.955,14</b>	<b>100%</b>	<b>7.714.485,33</b>	<b>100%</b>	<b>3%</b>

Em relação às Despesas com o Pessoal verificamos que existiu um aumento de 4%, no valor de € 103.080,47.

A rubrica “Pessoal Quadros-Regime contrato individual trabalho” foi a que contribuiu para o referido aumento, registando uma variação em termos absolutos no valor de € 90.258,33. De salientar que no mesmo foram considerados os valores referente às “Alterações Obrigatórias – Posicionamento Remuneratório” no valor de € 38.729,95, e “Recrutamento de Pessoal – Novos postos de Trabalho” no valor de € 36.878,45.

As rubricas “Remunerações Certas e Permanentes” e “Abonos Variáveis e Eventuais” registaram aumentos de 5% e 14% respetivamente. A rubrica “Segurança Social” registou uma diminuição de 1%.

Para o aumento da rubrica “Abonos Variáveis e Eventuais” contribuiu o valor pago em horas extraordinárias, que registou um aumento de 84%, passando de € 13.105,73 no ano de 2017 para o valor de € 24.116,62 em 2018.

Já em relação à rubrica “Segurança Social” de salientar a redução em 19% na rubrica “Encargos com a saúde” face ao ano anterior, registando uma redução no valor € 19.670,05.

## Evolução das despesas com pessoal

Capítulos	2017	2018		Variação	
		Valor	Peso	Valor	%
<b>Remunerações certas e permanentes</b>	<b>2.219.525,50</b>	<b>2.320.282,65</b>	<b>78%</b>	<b>100.757,15</b>	<b>5%</b>
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	105.572,81	107.457,92	4%	1.885,11	2%
Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	1.388.279,60	1.478.537,83	49%	90.258,23	7%
Pessoal contratado a termo	66.080,57	55.901,10	2%	-10.179,47	-15%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	44.879,70	63.543,33	2%	18.663,63	42%
Pessoal em qualquer outra situação	108.932,50	108.181,63	4%	-750,87	-1%
Representação	26.703,81	26.716,80	1%	12,99	0%
Subsídio de refeição	159.355,52	169.730,91	6%	10.375,39	7%
Subsídio de férias e de Natal	277.776,36	282.000,76	9%	4.224,40	2%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	41.944,63	28.212,37	1%	-13.732,26	-33%
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>	<b>71.192,97</b>	<b>80.915,94</b>	<b>2%</b>	<b>9.722,97</b>	<b>14%</b>
Horas extraordinárias	13.105,73	24.116,62	1%	11.010,89	84%
Ajudas de custo	4.692,77	7.458,23	0%	2.765,46	59%
Abono para falhas	8.222,87	6.410,45	0%	-1.812,42	-22%
Subsídio de turno	34.867,67	33.588,41	1%	-1.279,26	-4%
Outros suplementos e prémios	10.303,93	9.342,23	0%	-961,70	-9%
<b>Segurança social</b>	<b>640.176,55</b>	<b>632.776,90</b>	<b>20%</b>	<b>-7.399,65</b>	<b>-1%</b>
Encargos com a saúde	102.131,36	82.461,31	3%	-19.670,05	-19%
Subsídio familiar a criança e jovens	11.617,07	9.352,31	0%	-2.264,76	-19%
Outras prestações familiares	4.920,96	4.017,69	0%	-903,27	-18%
Contribuições para a segurança social	493.995,65	509.401,11	17%	15.405,46	3%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	650,32	1.601,94	0%	951,62	146%
Outras pensões	1.287,70	549,82	0%	-737,88	-57%
Seguros	25.012,91	24.329,97	0%	-682,94	-3%
Outras despesas de segurança social	560,58	1.062,75	0%	502,17	90%
<b>Total</b>	<b>2.930.895,02</b>	<b>3.033.975,49</b>	<b>100%</b>	<b>103.080,47</b>	<b>4%</b>

### 4.2.4. Grandes Opções do Plano

Em relação às Grandes Opções do Plano e considerando o Orçamento inicial as mesmas totalizavam € 4.734.465, dividindo-se o valor de € 2.645.900 para PPI e o valor de € 2.088.565 para AMR.

As mesmas foram sujeitas, no ano de 2018, a alterações orçamentais registando diminuição total no valor de € 1.981.341. Para a referida diminuição foi relevante a variação, no PPI, no valor de € 1.858.656, e nas AMR, no valor de € 122.685.

A referida diminuição deve-se ao facto de algumas obras não terem sido iniciadas, ou se iniciadas, o valor comprometido foi inferior ao orçamento para o ano em causa, tais como:

- Requalificação da Escola EB 2,3 e Secundária, que apenas teve o seu início em novembro de 2018, reduzindo-se o orçamento no valor de 1,27 mil euros;
- Requalificação da Capela da Nossa Senhora do Carmo e a sua adaptação a Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património Religioso em que o início da obra foi apenas em outubro de 2018, sendo a diminuição no valor de 333 mil euros;
- No âmbito da eficiência energética prevista para a Piscina Coberta apenas se completou a 1ª fase, obra referente à empreitada para substituição da Unidade Desumidificadora da Piscina Coberta, pelo que se diminui em orçamento o valor de 88 mil euros;
- Estava prevista o início da 2ª fase da obra de requalificação da zona histórica, não se tendo dado início à mesma, diminuindo-se o valor de 250 mil euros;
- Também os serviços destinados à estabilização de emergência pós incêndios, neste caso 2016 e 2017, não foram executados, tendo os serviços em causa sido adjudicados no início de 2019. O valor em causa foi de 500 mil euros;

Em relação aos aumentos destaca-se:

- O Empréstimo a Curto Prazo contratualizado durante o ano em causa, cerca de 350 mil euros;
- Empreitada realizada na Loja do Cidadão, reparações na cobertura do edifício, cujo aumento foi de 22 mil euros;
- Necessidade reparação de algumas viaturas, nomeadamente a Buldózer e a retroescavadora, em que foi necessário em reforçar o orçamento em 20 mil;

Descrição	Orçamento Inicial		Alterações Orçamentais		Valor Final			Peso
	PPI	AMR	PPI	AMR	PPI	AMR	TOTAL	
<b>1 Funções Gerais</b>	<b>293.877,00</b>	<b>66.630,00</b>	<b>23.473,00</b>		<b>317.350,00</b>	<b>66.630,00</b>	<b>383.980,00</b>	<b>14%</b>
<b>1.1.0 Serviços Gerais da Administração Pública</b>	<b>167.755,00</b>	<b>48.630,00</b>	<b>12.841,00</b>		<b>180.596,00</b>	<b>48.630,00</b>	<b>229.226,00</b>	<b>8%</b>
1.1.1 Administração geral	167.755,00	48.630,00	12.841,00		180.596,00	48.630,00	229.226,00	8%
<b>1.2.0 Segurança e Ordem Públicas</b>	<b>126.122,00</b>	<b>18.000,00</b>	<b>10.632,00</b>		<b>136.754,00</b>	<b>18.000,00</b>	<b>154.754,00</b>	<b>6%</b>
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	126.122,00	18.000,00	10.632,00		136.754,00	18.000,00	154.754,00	6%
<b>2 Funções Sociais</b>	<b>1.702.239,00</b>	<b>432.961,00</b>	<b>-1.413.679,00</b>	<b>4.637,00</b>	<b>288.560,00</b>	<b>437.598,00</b>	<b>726.158,00</b>	<b>26%</b>
<b>2.1.0 Educação</b>	<b>1.386.657,00</b>	<b>163.529,00</b>	<b>-1.275.672,00</b>	<b>-23.089,00</b>	<b>110.985,00</b>	<b>140.440,00</b>	<b>251.425,00</b>	<b>9%</b>
2.1.1 Ensino não superior	1.374.177,00	52.551,00	-1.278.172,00	-32.209,00	96.005,00	20.342,00	116.347,00	4%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	12.480,00	110.978,00	2.500,00	9.120,00	14.980,00	120.098,00	135.078,00	5%
<b>2.3.0 Segurança e Acção Sociais</b>	<b>3.124,00</b>	<b>60.998,00</b>	<b>-500,00</b>	<b>-13.751,00</b>	<b>2.624,00</b>	<b>47.247,00</b>	<b>49.871,00</b>	<b>2%</b>
2.3.2 Acção social	3.124,00	60.998,00	-500,00	-13.751,00	2.624,00	47.247,00	49.871,00	2%
<b>2.4.0 Habitação e Serviços Colectivos</b>	<b>105.390,00</b>	<b>14.400,00</b>	<b>-58.049,00</b>	<b>-6.000,00</b>	<b>47.341,00</b>	<b>8.400,00</b>	<b>55.741,00</b>	<b>2%</b>
2.4.1 Habitação								
2.4.2 Ordenamento do território	64.629,00		-47.973,00		16.656,00		16.656,00	1%
2.4.3 Saneamento	6.936,00		-4.500,00		2.436,00		2.436,00	0%
2.4.4 Abastecimento de água	22.563,00		-7.153,00		15.410,00		15.410,00	1%
2.4.5 Resíduos sólidos	9.610,00		977,00		10.587,00		10.587,00	0%
2.4.6 Protecção do meio ambiente	1.652,00	14.400,00	600,00	-6.000,00	2.252,00	8.400,00	10.652,00	0%
<b>2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos</b>	<b>207.068,00</b>	<b>194.034,00</b>	<b>-79.458,00</b>	<b>47.477,00</b>	<b>127.610,00</b>	<b>241.511,00</b>	<b>369.121,00</b>	<b>13%</b>
2.5.1 Cultura	44.137,00	170.077,00	4.908,00	32.228,00	49.045,00	202.305,00	251.350,00	9%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	162.931,00	23.957,00	-84.366,00	15.249,00	78.565,00	39.206,00	117.771,00	4%
<b>3 Funções Económicas</b>	<b>618.256,00</b>	<b>738.196,00</b>	<b>-488.449,00</b>	<b>-673.550,00</b>	<b>129.807,00</b>	<b>64.646,00</b>	<b>194.453,00</b>	<b>7%</b>
<b>3.1.0 Agricultura, Silvicultura Pecuária e Pesca</b>		<b>507.957,00</b>	<b>9.717,00</b>	<b>-502.421,00</b>	<b>9.717,00</b>	<b>5.536,00</b>	<b>15.253,00</b>	<b>1%</b>
<b>3.2.0 Indústria e Energia</b>	<b>1.510,00</b>		<b>798,00</b>		<b>2.308,00</b>		<b>2.308,00</b>	<b>0%</b>
<b>3.3.0 Transportes e Comunicações</b>	<b>361.418,00</b>		<b>-289.106,00</b>		<b>72.312,00</b>		<b>72.312,00</b>	<b>3%</b>
3.3.1 Transportes rodoviários	361.418,00		-289.106,00		72.312,00		72.312,00	3%
<b>3.4.0 Comércio e Turismo</b>	<b>255.328,00</b>	<b>182.036,00</b>	<b>-220.928,00</b>	<b>-171.855,00</b>	<b>34.400,00</b>	<b>10.181,00</b>	<b>44.581,00</b>	<b>1%</b>
3.4.1 Mercados e feiras	24.962,00		-24.962,00					
3.4.2 Turismo	230.366,00	182.036,00	-195.966,00	-171.855,00	34.400,00	10.181,00	44.581,00	1%
<b>3.5.0 Outras funções económicas</b>		<b>48.203,00</b>	<b>11.070,00</b>	<b>726,00</b>	<b>11.070,00</b>	<b>48.929,00</b>	<b>59.999,00</b>	<b>2%</b>
<b>4 Outras Funções</b>	<b>31.528,00</b>	<b>850.778,00</b>	<b>19.999,00</b>	<b>546.228,00</b>	<b>51.527,00</b>	<b>1.397.006,00</b>	<b>1.448.533,00</b>	<b>53%</b>
<b>4.1.0 Operações da Dívida Autárquica</b>		<b>767.944,00</b>		<b>546.228,00</b>		<b>1.314.172,00</b>	<b>1.314.172,00</b>	<b>48%</b>
<b>4.2.0 Transferências entre Administrações</b>		<b>82.834,00</b>				<b>82.834,00</b>	<b>82.834,00</b>	<b>3%</b>
<b>4.3.0 Diversas não especificadas</b>	<b>31.528,00</b>		<b>19.999,00</b>		<b>51.527,00</b>		<b>51.527,00</b>	<b>2%</b>
<b>Total</b>	<b>2.645.900,00</b>	<b>2.088.565,00</b>	<b>-1.858.656,00</b>	<b>-122.685,00</b>	<b>787.244,00</b>	<b>1.965.880,00</b>	<b>2.753.124,00</b>	<b>100%</b>
		<b>4.734.465,00</b>		<b>-1.981.341,00</b>				

## 4.3. Análise da receita

### 4.3.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Receita

A comparação entre o orçamento inicial e final permite aferir da capacidade financeira da sua execução, face ao volume de receitas efetivamente arrecadado.

#### Alterações e revisões orçamentais segundo a natureza económica

Capítulos	Orçamento	Modificações	Orçamento
	Inicial		Final
Receitas Correntes	7.149.043,00	-800.000,00	6.349.043,00
Receitas Capital	2.802.362,00	-864.557,00	1.937.805,00
Outras Receitas	1.895,00		1.895,00
Saldo da Gerencia Anterior		60.126,00	60.126,00
<b>Total</b>	<b>9.953.300,00</b>	<b>-1.604.431,00</b>	<b>8.348.869,00</b>

O orçamento aprovado para 2018 foi sujeito a uma diminuição no valor de € 1.604.431 tal como aconteceu na despesa.

### 4.3.2. Execução Orçamental da Receita

No que respeita aos valores cobrados, o grau de execução da receita total foi de 87%, resultando um desvio negativo no valor de € 1.120.697,69, correspondendo a uma diminuição no valor de € 826.117,88 no âmbito das receitas correntes, no valor de € 294.411,42 referente às despesas de capital, e no valor de € 168,39 referente a outras receitas.

A nível individual, a rubrica “Rendimentos da propriedade” foi em termos absolutos a que registou o maior valor por executar, € 499.406,32. De referir que nesta rubrica está incluído o valor a receber no âmbito da concessão de infraestruturas à concessionária Águas de Vale do Tejo, S.A, referente à Barragem da Lapa.

Também a rubrica “ Transferências correntes” registou um valor que se considera relevante, € 357.406,22, por executar. Tal facto foi devido, como já foi dito, no âmbito da despesa não se ter dado início aos serviços de estabilização de emergência pós incêndios, neste caso 2016 e 2017, tendo os mesmos sido adjudicados apenas no início de 2019.

#### Receita orçada, liquidada e cobrada por classificação económica

Capítulos	2015	2016	2017	Valor atual	Liquidado	Cobrado		Taxa de		Peso Diferença
						Líquido	Desvio	execução		
1	2	3								
Impostos directos	433.575,16	387.293,42	408.051,41	403.974,00	433.717,09	428.232,35	24.258,35	106%	6%	20.180,94
Impostos indirectos	779,67	943,42	36,52	128,00	130,90	130,90	2,90	102%	0%	94,38
Taxas, multas e outras penalidades	22.528,55	29.480,37	27.179,31	28.448,00	30.949,87	26.133,32	-2.314,68	92%	0%	-1.045,99
Rendimentos da propriedade	5.748,98	154,57	201.976,77	782.063,00	1.085.998,18	282.656,68	-499.406,32	36%	4%	80.679,91
Transferências correntes	3.982.623,67	3.933.436,94	4.085.638,68	4.463.355,00	4.106.713,55	4.105.948,78	-357.406,22	92%	57%	20.310,10
Venda de bens e serviços correntes	663.030,63	654.691,28	692.837,50	670.220,00	770.359,93	678.965,56	8.745,56	101%	9%	-13.871,94
Outras receitas correntes	230.053,79	237.761,32	34.791,45	855,00	5.997,53	857,53	2,53	100%	0%	-33.933,92
<b>Receitas correntes</b>	<b>5.338.340,45</b>	<b>5.243.761,32</b>	<b>5.450.511,64</b>	<b>6.349.043,00</b>	<b>6.433.867,05</b>	<b>5.522.925,12</b>	<b>-826.117,88</b>	<b>87%</b>	<b>76%</b>	<b>72.413,48</b>
Venda de bens de investimento		4.810,00	4.495,65	4.653,00			-4.653,00			-4.495,65
Transferências de capital	598.087,20	516.210,28	503.022,37	933.394,00	767.258,05	724.167,26	-209.226,74	78%	10%	221.144,89
Ativos Financeiros	160.000,00	300.000,00								
Passivos financeiros		621.705,50	536.570,64	997.999,00	906.034,10	906.034,10	-91.964,90	91%	13%	369.463,46
Outras receitas de capital		3.518,35		1.759,00	13.192,22	13.192,22	11.433,22		0%	13.192,22
<b>Receitas capital</b>	<b>758.087,20</b>	<b>1.446.244,13</b>	<b>1.044.088,66</b>	<b>1.937.805,00</b>	<b>1.686.484,37</b>	<b>1.643.393,58</b>	<b>-294.411,42</b>	<b>85%</b>	<b>23%</b>	<b>599.304,92</b>
Reposições não abatidas nos pagamento	1.596,57	3.186,81	62,90	1.895,00	3.609,48	1.726,61	-168,39	91%	0%	1.663,71
Saldo da gerência anterior		539,00	565.651,00	60.126,00	60.126,00	60.126,00		100%	1%	-505.525,00
<b>Outras Receitas</b>	<b>1.596,57</b>	<b>3.725,81</b>	<b>565.713,90</b>	<b>62.021,00</b>	<b>63.735,48</b>	<b>61.852,61</b>	<b>-168,39</b>	<b>100%</b>	<b>1%</b>	<b>-503.861,29</b>
<b>Total</b>	<b>6.098.024,22</b>	<b>6.693.731,26</b>	<b>7.060.314,20</b>	<b>8.348.869,00</b>	<b>8.184.086,90</b>	<b>7.228.171,31</b>	<b>-1.120.697,69</b>	<b>87%</b>	<b>100%</b>	<b>167.857,11</b>
<b>Diferença</b>	<b>1.130.147,09</b>	<b>534.440,05</b>	<b>167.857,11</b>							

### **4.3.3. Evolução da Receita**

As receitas totais nos últimos três anos tem vindo a aumentar, sendo que face ao ano de 2017 registou-se um aumento de € 167.857,11. As receitas correntes aumentaram em € 72.413,48, as de capital em € 599.304,92. Em sentido contrário as Outras Receitas diminuíram no valor de € 503.861,29. A rubrica que contribuiu para a referida redução foi “Saldo da gerência anterior”.

Em relação às Receitas Correntes, as Rubricas “Impostos diretos”, “Rendimentos de Propriedade” e “Transferências Correntes” foram as que contribuíram para a referida variação, no valor de € 20.180,94, € 80.679,91 e € 20.310,10, respetivamente. Em sentido contrário de realçar a rubrica “Outras receitas correntes” que diminuíram no valor de € - 33.933,92, nomeadamente a rubrica “IVA Inversão da liquidação”.

Referente às Receitas de Capital, as mesmas aumentaram no valor acima referido, motivado pelos seguintes factos:

- ✓ Receita arrecadada no âmbito de dois protocolos, um no âmbito da requalificação das Linhas de Água afetadas pelos Incêndios no valor de 91 mil euros e o outro no âmbito da requalificação da piscina descoberta no valor de 180 mil euros;
- ✓ Aumento do valor do Empréstimo a Curto de Prazo, comparado com ano anterior, no valor de 100 mil euros;
- ✓ Aumento de reembolsos referente a novos Empréstimos Médio Longo Prazo, neste caso substituição da dívida referente ao empréstimo já existente no âmbito do PAEL e ao acordo de transação com Águas de Vale do Tejo, S.A, no valor de 270 mil euros;

De realçar a rubrica “Outras Receitas” que registou uma diminuição de € 503.861,29 referente à rubrica “Saldo da Gerência anterior”, cujo verba foi arrecadada em 2017, e gasta apenas em 2018. A mesma foi no âmbito do empréstimo para as obras de Panascos e Valhascos.

Os impostos diretos, indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, tendo em conta a sua importância na vida do município, constituem uma parcela representativa da receita

corrente e da receita total cobrada ao longo dos anos, aproveitamos para fazer uma breve análise.

Entre as receitas fiscais destacam-se os impostos diretos registando uma execução de 106%, tendo executado a mais face ao orçamentado o valor de € 24.258,35.

Em relação ao ano de 2017 as mesmas aumentaram em 5%, no valor de € 20.180,94.

Os impostos indiretos totalizaram o valor de € 130,90 sendo a sua taxa de execução de 102%.

Em relação às taxas, multas e outras penalidades as mesmas registaram uma execução de 92%, tendo diminuído em 4% face a 2017.

### Evolução da estrutura da receita fiscal

Capítulos	2017	2018			Taxa de execução	Variação 16 - 17
		Orçado	Cobrado Liq.	Desvio		
Imposto municipal sobre imóveis	287.953,64	284.469,00	294.509,20	10.040,20	104%	2%
Imposto único de circulação	64.624,95	63.630,00	73.866,93	10.236,93	116%	14%
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóv.	28.585,97	28.606,00	26.413,50	-2.192,50	92%	-8%
Derrama	26.886,85	27.269,00	33.442,72	6.173,72	123%	24%
<b>Impostos diretos</b>	<b>408.051,41</b>	<b>403.974,00</b>	<b>428.232,35</b>	<b>24.258,35</b>	<b>106%</b>	<b>5%</b>
<b>Impostos indiretos</b>	<b>36,52</b>	<b>128,00</b>	<b>130,90</b>	<b>2,90</b>	<b>102%</b>	<b>258%</b>
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>27.179,31</b>	<b>28.448,00</b>	<b>26.133,32</b>	<b>-2.314,68</b>	<b>92%</b>	<b>-4%</b>
<b>Total</b>	<b>435.267,24</b>	<b>432.550,00</b>	<b>454.496,57</b>	<b>21.946,57</b>	<b>300%</b>	<b>4%</b>

## 5. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

### 5.1. Análise do Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2018.

#### Balanço Sintético

Capítulos	2017	2018		Variação	
		Valor	Peso	Valor	%
Imobilizado	25.305.727,84	24.799.732,68	95%	-505.995,16	-2%
Existências	69.219,45	73.369,40	0%	4.149,95	6%
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)					
Dívidas de terceiros - Curto prazo	985.100,10	157.287,83	1%	-827.812,27	-84%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	132.481,42	314.424,15	1%	181.942,73	137%
Acréscimos e diferimentos	609.666,11	640.689,34	3%	31.023,23	5%
<b>Ativo Líquido</b>	<b>27.102.194,92</b>	<b>25.985.503,40</b>	<b>100%</b>	<b>-1.116.691,52</b>	<b>-4%</b>
Património	17.152.629,19	17.152.629,19	120%		
Ajustamento de partes de capital em empresas	21.519,00	21.519,00	0%		
Reservas	4.562.053,81	4.562.553,81	32%	500,00	0%
Resultado transitados	-6.858.884,26	-6.495.806,20	-46%	363.078,06	-5%
Resultado líquido do exercício	363.078,06	-900.517,32	-6%	-1.263.595,38	-348%
<b>Fundos Próprios</b>	<b>15.240.395,80</b>	<b>14.340.378,48</b>	<b>100%</b>	<b>-900.017,32</b>	<b>-6%</b>
Provisões para riscos e encargos		70.168,60	1%	70.168,60	
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)	2.817.905,36	2.258.164,98	19%	-559.740,38	-20%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	1.579.984,40	1.721.058,16	15%	141.073,76	9%
Acréscimos e diferimentos	7.463.909,36	7.595.733,18	65%	131.823,82	2%
<b>Passivo</b>	<b>11.861.799,12</b>	<b>11.645.124,92</b>	<b>100%</b>	<b>-216.674,20</b>	<b>-2%</b>

O ativo líquido apresenta uma diminuição, face a 2017, em termos absolutos no valor de € 1.116.691,52, para tal contribuiu a rubrica “Dívidas de terceiros - Curto prazo”, que registou uma diminuição de € 827.812,27. A referida diminuição foi motivada pelo facto de no ano de 2018 se ter criado uma provisão de cobrança duvidosa referente à dívida da Empresa Águas Vale do Tejo, S.A no valor de € 798.000,00€, no âmbito da concessão da Barragem da Lapa.

O investimento em imobilizado não financeiro, no ano de 2018, foi de € 499.761,22, registando uma diminuição de € 426.877,33.

### Origem dos aumentos do imobilizado não financeiro

Capítulos	2018	2017	Variação
<b>Imobilizado em Curso</b>	<b>-358.308,47</b>	<b>456.629,34</b>	<b>-814.937,81</b>
<b>Imobilizado Corpóreo e Bens domínio Publico</b>	<b>845.136,13</b>	<b>461.850,79</b>	<b>383.285,34</b>
Terrenos e recursos naturais	500,00	2.422,66	-1.922,66
Outras construções e infraestruturas	540.307,53	389.626,96	150.680,57
Bens do património histórico, artístico e cultural			
Edifícios e outras construções	54.819,43	12.119,50	42.699,93
Equipamento básico	102.442,73	26.127,42	76.315,31
Equipamento de transporte	99.718,88	24.904,48	74.814,40
Ferramentas e utensílios	3.069,27	1.529,88	1.539,39
Equipamento administrativo	36.162,11	-6.936,88	43.098,99
Outras imobilizações corpóreas	8.116,18	12.056,77	-3.940,59
<b>Imobilizado Incorpóreo</b>	<b>12.933,56</b>	<b>8.158,42</b>	<b>4.775,14</b>
<b>Total</b>	<b>499.761,22</b>	<b>926.638,55</b>	<b>-426.877,33</b>

Como podemos verificar a rubrica “Imobilizado em Curso” foi a que maior diminuição registou face ao ano anterior, no valor de € 814.937,81. Tal facto deve-se ao fim de várias obras, nomeadamente a obra de Panascos.

Em relação às outras rubricas podemos verificar que quase todas registaram aumentos fruto da conclusão de algumas obras bem como de alguns investimentos que se fizeram durante o ano de 2018.

Analisando agora as outras rubricas do ativo, verificamos que a rubrica “Existências” regista um aumento de 6%, a rubrica “Depósitos em instituições financeiras e caixa” regista um aumento de 137%, devido ao facto de no final do ano de 2018 se ter recebido o valor referente aos dois protocolos já mencionados anteriormente, requalificação das ribeiras e piscina descoberta, cujo a obra apenas será feita no ano de 2019.

A rubrica “Dívidas de terceiros a curto prazo” registou uma diminuição de 84%, cujo motivo já foi referido anteriormente, ou seja, necessidade de criação de uma provisão de cobrança duvidosa referente à dívida da Empresa Águas Vale do Tejo, S.A no valor de € 798.000,00€, no âmbito da concessão da Barragem da Lapa.

A rubrica “Acréscimos e diferimentos” registou um aumento de 5%, no valor de € 31.023,23, face ao ano de 2017.

Em relação aos Fundos Próprios registaram uma diminuição no valor de € 900.017,32, valor que diz referente à rubrica “Resultados líquido do exercício”.

O Passivo regista também uma diminuição de 2%, face ao ano de 2017 no valor de € 216.674,20, tendo a rubrica “Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo”, contribuído para a referida redução, no valor de € 559.740,38. Tal situação é referente às amortizações de empréstimos.

Todas as outras rubricas registaram aumentos face ao ano anterior.

## **5.1.1 Indicadores económico-financeiros**

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro do Município do Sardoaal em 2018, podendo ser comparado com os resultados de 2017.

Em relação aos indicadores da estrutura do ativo podemos verificar que o ativo fixo perdeu peso, passando de 94% para 92%, já o ativo circulante registou um aumento no seu peso perante o ativo total, passando de 5% para 7%.

Em relação à estrutura do passivo, comparativamente com o ano 2017, podemos verificar que, no âmbito do passivo exigível, o passivo de Médio e Longo Prazo regista um aumento no peso em 7%, fazendo com que o passivo a Curto Prazo tenha registado a mesma variação mas em sentido contrário.

O grau de autonomia regista um aumento de 1%, o índice de liquidez imediata, apresenta uma diminuição de 0,10 face a 2017, motivado pelo reembolso dos protocolos recebidos ainda durante o ano de 2018, cuja obra se irá realizar em 2019.

A capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, medida através do índice de solvência, apresentou uma diminuição de 0,36 face a 2017, e apesar do ativo ter registado uma diminuição, o Passivo também diminuiu, registando este ultimo uma menor variação ao ano anterior.

### Indicadores do balanço

Capítulos	2018	2017
<b>Estrutura do ativo</b>		
Ativo fixo / Ativo total	94%	92%
Ativo circulante / Ativo total	5%	7%
Ativo fixo / Ativo circulante	2053%	1383%
<b>Estrutura do passivo</b>		
Passivo longo prazo / Passivo exigível	57%	64%
Passivo curto prazo / Passivo exigível	43%	36%
Passivo curto prazo / Passivo longo prazo	76%	56%
<b>Análise do ativo fixo</b>		
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	1078%	882%
Amortizações exercício / Variação imobilizado	164%	99%
<b>Análise do passivo exigível</b>		
<b>- Coeficiente de endividamento</b>		
Passivo exigível / Fundos próprios	28%	29%
<b>- Coeficiente de endividamento a curto prazo</b>		
Exigível a curto prazo / Fundos próprios	12%	10%
<b>- Coeficiente de endividamento a longo prazo</b>		
Exigível a médio longo prazo / Fundos próprios	16%	18%
Exigível a médio longo prazo / Imobilizado corpóreo	22%	27%
<b>Grau de autonomia</b>		
Fundos próprios/Ativo	55%	56%
<b>Índice de liquidez imediata</b>		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	0,18	0,08
<b>Índice de solvência</b>		
Ativo / Passivo exigível	6,42	6,06

## 5.2. Análise da Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2018.

### Demonstração dos resultados por natureza

Capítulos	2017	2018		Variação	
		Valor	Peso	Valor	%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias co	48.464,21	42.381,70	1%	-6.082,51	-13%
Fornecimentos e serviços externos	1.427.963,72	1.645.629,96	23%	217.666,24	15%
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestaçõe	250.102,91	265.389,58	4%	15.286,67	6%
Custos com o pessoal	2.900.295,87	3.066.940,89	43%	166.645,02	6%
Outros custos e perdas operacionais	71.188,97	71.968,26	1%	779,29	1%
Amortizações do exercício	820.724,29	954.933,74	13%	134.209,45	16%
Provisões do exercício	659,80	880.474,53	12%	879.814,73	133346%
Custos e perdas financeiras	46.453,44	38.458,03	1%	-7.995,41	-17%
Custos e perdas extraordinárias	157.828,53	163.073,64	2%	5.245,11	3%
<b>TOTAL</b>	<b>5.723.681,74</b>	<b>7.129.250,33</b>	<b>100%</b>	<b>1.405.568,59</b>	<b>25%</b>
Vendas e prestações de serviços:	644.701,86	616.760,82	10%	-27.941,04	-4%
Impostos e taxas	431.326,78	441.970,24	7%	10.643,46	2%
Proveitos suplementares	234.082,71	236.314,07	4%	2.231,36	1%
Transferências e subsídios obtidos	4.338.926,55	4.462.914,27	72%	123.987,72	3%
Trabalhos para a própria entidade	21.823,76	25.752,04	0%	3.928,28	18%
Outros proveitos e ganhos operacionais					
Proveitos e ganhos financeiros	53.329,69	55.458,85	1%	2.129,16	4%
Proveitos e ganhos extraordinários	362.568,45	389.562,72	6%	26.994,27	7%
<b>TOTAL</b>	<b>6.086.759,80</b>	<b>6.228.733,01</b>	<b>100%</b>	<b>141.973,21</b>	<b>2%</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>363.078,06</b>	<b>-900.517,32</b>		<b>-1.263.595,38</b>	<b>-348%</b>

### 5.2.1 Custos e Perdas

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2018 apresentam, no seu conjunto, um aumento no valor de € 1.405.568,59 relativamente ao ano anterior.

Capítulos	2017	2018		Variação	
		Valor	Peso	Valor	%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias co	48.464,21	42.381,70	1%	-6.082,51	-13%
Fornecimentos e serviços externos	1.427.963,72	1.645.629,96	23%	217.666,24	15%
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestaçõe	250.102,91	265.389,58	4%	15.286,67	6%
Custos com o pessoal	2.900.295,87	3.066.940,89	43%	166.645,02	6%
Outros custos e perdas operacionais	71.188,97	71.968,26	1%	779,29	1%
Amortizações do exercício	820.724,29	954.933,74	13%	134.209,45	16%
Provisões do exercício	659,80	880.474,53	12%	879.814,73	133346%
Custos e perdas financeiras	46.453,44	38.458,03	1%	-7.995,41	-17%
Custos e perdas extraordinárias	157.828,53	163.073,64	2%	5.245,11	3%
<b>TOTAL</b>	<b>5.723.681,74</b>	<b>7.129.250,33</b>	<b>100%</b>	<b>1.405.568,59</b>	<b>25%</b>

Analisando as rubricas podemos verificar que apenas duas registaram diminuições, a rubrica “CMVMC”, com peso de 1%, no valor de € 42.381,70, registando uma diminuição no valor de € 6.082,51 e a rubrica “ Custos e perdas financeiras”, também com peso de 1%, com uma diminuição de € 7.995,41.

Dentro das rubricas que contribuíram para o aumento dos custos, temos a rubrica “Custos com pessoal” que representam 43% dos custos da autarquia, tendo registado um aumento de 6% face ao ano de 2017, no valor absoluto de € 166.645,02.

No mapa abaixo podemos verificar quais as rubricas que contribuíram para o referido aumento, destacando-se remunerações base do pessoal onde estão incluídos o “Novos Postos de Trabalho” e “Alterações Obrigatórias-Posicionamento Remuneratórias”, os encargos com remunerações, trabalho extraordinário e subsídio de refeição.

Também na rubrica “ Pessoal em qualquer outra situação”, onde são consideradas os vencimentos dos dirigentes intermédios e do pessoal do gabinete de apoio ao Presidente, se verificou um aumento no valor de € 63.275,86, o que na verdade não é real, em virtude de no ano de 2017, o valor referente ao pessoal do GAP ter sido considerado na rubrica remunerações base do pessoal.

Verifica-se ainda um aumento na rubrica “Outros suplementos” no valor de € 12.857,28, o que também não é real, pois as despesas de representação do executivo que devem ser consideradas nesta rubrica, e no ano de 2017, por lapso, foram consideradas na rubrica “Remunerações dos membros dos órgãos autárquicos”, fazendo que a mesma, no ano corrente, tenha diminuído em € 8.873,49.

### Decomposição dos Custos com o Pessoal

<b>Custos com o Pessoal</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>Dif (18-17)</b>	<b>Peso</b>	<b>Acum</b>
RCTFP por tempo indeterminado	1.762.786,84	1.836.906,28	<b>74.119,44</b>	60%	60%
Encargos sobre remunerações	489.792,70	533.421,84	<b>43.629,14</b>	17%	77%
Subsídio de refeição - DP	159.000,02	169.708,66	<b>10.708,64</b>	6%	83%
Pessoal em qualquer outra situação	63.767,40	127.043,26	<b>63.275,86</b>	4%	87%
Remunerações dos membros dos órgãos autárquico	117.888,44	109.014,95	<b>-8.873,49</b>	4%	91%
Despesas de saúde	78.425,37	80.695,54	<b>2.270,17</b>	3%	93%
Pessoal com contrato a termo resolutivo	75.128,27	53.779,01	<b>-21.349,26</b>	2%	95%
Outros suplementos	22.041,60	34.898,88	<b>12.857,28</b>	1%	96%
Trabalho em regime de turnos	40.516,46	31.103,02	<b>-9.413,44</b>	1%	97%
Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	25.185,54	24.701,98	<b>-483,56</b>	1%	98%
Trabalho extraordinário	13.105,73	24.116,62	<b>11.010,89</b>	1%	99%
Prestações sociais directas	16.764,51	13.441,93	<b>-3.322,58</b>	0%	99%
Vestuário e artigos pessoais - DP	17.778,73	8.813,62	<b>-8.965,11</b>	0%	99%
Ajudas de custo	4.621,09	8.707,81	<b>4.086,72</b>	0%	100%
Abono para falhas	8.222,87	6.410,45	<b>-1.812,42</b>	0%	100%
Cursos de Formação	2.761,55	2.150,85	<b>-610,70</b>	0%	100%
Segurança e Higiene no Trabalho	288,65	939,57	<b>650,92</b>	0%	100%
Pensões	1.287,70	549,82	<b>-737,88</b>	0%	100%
Medicina no Trabalho	932,40	536,80	<b>-395,60</b>	0%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>2.900.295,87</b>	<b>3.066.940,89</b>	<b>166.645,02</b>		

Já referente à rubrica “Fornecimento e serviços externos”, posiciona-se na segunda posição, representando 23% dos custos totais, tendo registado um aumento de 15%, que em termos absolutos representa um valor de € 217.666,24.

Analisando a referida rubrica que se decompõe da seguinte forma, de acordo com a teoria de Pareto:

### Decomposição dos Fornecimentos e serviços

Fornecimentos e serviços externos	2017	2018	Dif (18-17)	Peso	Acum
Outros trabalhos especializados	97.450,87	197.765,12	<b>100.314,25</b>	12%	12%
Iluminação pública	150.780,31	158.874,81	<b>8.094,50</b>	10%	22%
Serviços de educação	51.414,18	136.073,31	<b>84.659,13</b>	8%	30%
Serviços Sócio-Económicos e Culturais	155.925,92	118.089,16	<b>-37.836,76</b>	7%	37%
Água - Abastecimento público	121.501,92	116.736,80	<b>-4.765,12</b>	7%	44%
Combustíveis	91.274,00	102.621,82	<b>11.347,82</b>	6%	50%
Electricidade	98.091,00	92.885,35	<b>-5.205,65</b>	6%	56%
Conservação e reparação	67.324,65	76.673,69	<b>9.349,04</b>	5%	61%
Serviços de saneamento básico	72.736,07	73.891,32	<b>1.155,25</b>	4%	65%
Honorários	52.634,66	70.751,38	<b>18.116,72</b>	4%	70%
Cantinas Escolares - Ref. confeccionadas	77.578,91	69.305,60	<b>-8.273,31</b>	4%	74%
Serviços de recolha, trat. e deposição de resíduos	57.051,70	66.020,69	<b>8.968,99</b>	4%	78%
Transportes Escolares	58.327,07	62.524,83	<b>4.197,76</b>	4%	82%
Limpeza, higiene e conforto	27.319,27	49.045,04	<b>21.725,77</b>	3%	
Outros	17.460,68	36.473,75	<b>19.013,07</b>	2%	
Publicidade e propaganda	23.770,89	28.526,94	<b>4.756,05</b>	2%	

Podemos verificar que a rubrica “Outros trabalhos especializados” é que maior peso tem no ano de 2018, 12%, totalizando o valor de € 197.765,12, tendo-se verificado um aumento de cerca de 100 mil euros.

Para tal contribuiu a adjudicação de serviços nomeadamente para a abertura de faixas de Interrupção de Combustível, em Áreas Não Prioritárias e em rede secundária, confinantes com a rede Viária num valor de 87.5 mil euros, de consultoria para desenvolvimento do projeto "Sardoal, Centro Interpretativo de Gil Vicente", no valor de 20 mil euros, e ainda para a elaboração da Identidade Gráfica e Comunicacional no âmbito do Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património Religioso, no valor de oito mil euros.

Verifica-se ainda o aumento dos serviços de educação no valor de 85 mil euros, totalizando o valor de 136 mil euros. O referido aumento foi motivado pelos serviços prestados no âmbito de conceção, desenvolvimento e apresentação do projeto de teatro “Sardoal Mostra-se!”, e pelos serviços referente ao projeto que consistiu num espetáculo de Dança que falou de Ciência com recurso à tecnologia digital, e incluindo também uma Oficina de Dança e também um Workshop de Ciência que abordou os conceitos da Física inerentes ao facto de vermos o “Céu com a cor azul”, destinando-se a um público-alvo em idade escolar, principalmente 1.º Ciclo, no âmbito do PEDIME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação no Médio Tejo.

A rubrica “Honorários” registou um aumento no valor de 18 mil euros. O que influenciou o referido aumento foi a contratação dos serviços na área de comunicação social, em regime de avença.

A rubrica “Outros” também registou um aumento no valor 19 mil euros, derivado pela adjudicação de despesas relacionadas com pré-posicionamento de BCIN (Brigada de Combate a Incêndios), quando em alerta amarelo ou superior, enquadrado no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais 2018 (DECIR). Na mesma rubrica foi incluído os serviços prestados no âmbito beneficiação dos caminhos florestais, aluguer de retro e de Buldózer.

Em sentido contrário verificamos a rubrica “Serviços Socioeconómicos e Culturais”, apresentou uma diminuição no valor de 37 mil euros, totalizando 118 mil euros, com um peso de 7%.

A rubrica “Amortizações do exercício” totalizando o valor de € 954.933,74, registando uma variação positiva no valor de € 134.209,45. Esta variação deve-se ao aumento significativo dos investimentos feitos pelo Município nos últimos anos, 926 mil euros em 2017 e 500 mil euros em 2018.

A rubrica “ Provisões do exercício” foi a que maior variação absoluta registou, no valor de € 879.814,73. Neste valor foi incluído, como já foi referido anteriormente, a criação de provisão de cobrança duvidosa referente à concessão da Barragem da Lapa à empresa Águas de Vale de Tejo, S.A, no valor de 798 mil euros. No mesmo valor foi também incluído o valor de € 70 mil euros referente ao processo judicial em curso, o qual foi necessário constituir uma garantia bancária à ordem do IFAP. A mesma foi necessária, pelo facto do IFAP estar a solicitar o reembolso do referido valor no âmbito do projeto PRODOR-Ação 2.3.1/Sub-ação 2.3.1.1 - Defesa da floresta contra incêndios, Operação 020000029073, por considerar que o Município não cumpriu com a Lei da contratação pública.

A rubrica “Transferência e Subsídios Correntes concedidos e prestações sociais” com peso de 4%, no valor de € 265.389,58, registou um aumento no valor de € 15.286,67.

A rubrica “Custos e perdas extraordinárias” com peso de 2%, no valor de € 163.073,64, registou um aumento de 3%.

## **5.2.2 Proveitos e Ganhos**

Os proveitos e ganhos que ascenderam a € 6.228.733,01, registando um aumento de € 141.973,21 face a 2017.

Capítulos	2017	2018		Variação	
		Valor	Peso	Valor	%
Vendas e prestações de serviços:	644.701,86	616.760,82	10%	-27.941,04	-4%
Impostos e taxas	431.326,78	441.970,24	7%	10.643,46	2%
Proveitos suplementares	234.082,71	236.314,07	4%	2.231,36	1%
Transferências e subsídios obtidos	4.338.926,55	4.462.914,27	72%	123.987,72	3%
Trabalhos para a própria entidade	21.823,76	25.752,04	0%	3.928,28	18%
Outros proveitos e ganhos operacionais					
Proveitos e ganhos financeiros	53.329,69	55.458,85	1%	2.129,16	4%
Proveitos e ganhos extraordinários	362.568,45	389.562,72	6%	26.994,27	7%
<b>TOTAL</b>	<b>6.086.759,80</b>	<b>6.228.733,01</b>	<b>100%</b>	<b>141.973,21</b>	<b>2%</b>

Analisando as rubricas individualmente, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” foi a única rubrica que registou uma diminuição de 4% no valor de € 27.941,04. Abaixo apresenta-se quadro com as referidas variações:

Vendas e prestações de serviços	2017	2018	Dif (18-17)	Peso
Produtos acabados e intermédios	260.464,78	231.773,10	-28.691,68	38%
Saneamento	170.983,78	158.044,62	-12.939,16	26%
Resíduos Sólidos	113.499,47	112.082,25	-1.417,22	18%
Serviços Desportivos	34.543,19	33.689,60	-853,59	5%
Transportes Efectuados P/Bombeiros ou Ambulâncias	2.278,85	31.454,85	29.176,00	5%
Trabalhos por Conta de Particulares	7.317,64	9.783,15	2.465,51	2%
Serviços Sociais - Refeições	14.470,46	9.500,29	-4.970,17	2%
Serviços sociais - ATL, Jardins Infância e Creches	6.583,16	8.185,73	1.602,57	1%
Serviços Culturais	6.899,05	7.509,12	610,07	1%
Outros	4.964,01	6.361,16	1.397,15	1%
Cemitérios	18.513,81	4.982,96	-13.530,85	1%
Transportes Escolares	1.188,88	2.767,75	1.578,87	0%
Publicações e Impressos	307,52	213,55	-93,97	0%
Livros e Documentação Técnica	466,83	183,63	-283,20	0%
Aluguer de espaços e de equipamentos		110,00	110,00	0%
Mercadorias	201,30	103,73	-97,57	0%
Outros		15,33	15,33	0%
Outros	515,04		-515,04	
Reembolsos e Restituições	1.504,09		-1.504,09	
	<b>644.701,86</b>	<b>616.760,82</b>	<b>-27.941,04</b>	

Como se pode verificar as três primeiras rubricas, venda de água, saneamento e resíduos sólidos representaram 82% do total das “Vendas e Prestações de serviços”, registando uma diminuição em cerca de 43 mil euros. Também as receitas referentes a cemitérios registaram uma diminuição significativa, no valor de 13,5 mil euros.

Em sentido contrario, verificou-se uma subida no valor de 29 mil euros na rubrica “ Transportes Efetuados P/Bombeiros ou Ambulâncias”, cujo seu peso foi de 5%. Na verdade o aumento real foi apenas de 12,5 mil euros uma vez que no ano de 2017, as referidas receitas foram contabilizadas na conta 74, subsídios obtidos, tendo ascendido ao valor de 16,5 mil euros.

A rubrica “ Impostos e taxas” totalizou o valor de € 441.970,24, com o peso de 7%, registando um aumento de € 10.643,46.

Como se pode verificar O IMI foi o imposto que totalizou o maior valor, de € 284 mil euros, com o peso de 64%, registando a maior diminuição, no valor de € 14.078,00.

Abaixo apresentamos a decomposição dos impostos.

<b>Impostos e taxas</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>Dif (18-17)</b>	<b>Peso</b>
Imposto Municipal sobre imóveis	298.547,00	284.469,00	<b>-14.078,00</b>	64%
Imposto único de circulação	68.510,06	74.522,70	<b>6.012,64</b>	17%
Imposto municipal sobre as trans. onerosas imóveis	30.668,73	32.636,61	<b>1.967,88</b>	7%
Derrama	20.070,00	27.269,00	<b>7.199,00</b>	6%
Publicidade	36,52	30,73	<b>-5,79</b>	0%
TRH - Água	3.395,63	3.008,33	<b>-387,30</b>	1%
TRH - Saneamento	2.367,65	2.158,09	<b>-209,56</b>	0%
Outros		100,17	<b>100,17</b>	0%
Loteamentos e obras	5.390,99	7.234,18	<b>1.843,19</b>	2%
Ocupação da via pública	2.220,22	2.536,97	<b>316,75</b>	1%
Outros	2.873,35	9.605,54	<b>6.732,19</b>	2%
Reembolsos e restituições	-3.141,38	-211,41	<b>2.929,97</b>	0%
Anulações	-26,50	-1.389,67	<b>-1.363,17</b>	0%
Outros	414,51		<b>-414,51</b>	
	<b>431.326,78</b>	<b>441.970,24</b>	<b>10.643,46</b>	

A rubrica “ Proveitos suplementares” totalizou o valor de € 236.314,07, com o peso de 4% com uma variação positiva de € 2.231,36. Nesta rubrica foram contabilizados as rendas de concessão da EDP, € 175.321,44, e da Tejo Energia no valor de € 47.835,14.

A rubrica “Transferências e Subsídios Obtidos” é a que maior peso tem nos proveitos, 72%, tendo registado um aumento, face a 2017, no valor de € 123.987,72.

Abaixo apresenta-se quadro com as referidas variações, destacando-se a rubricas, Fundo de Equilíbrio Financeiro (corrente), GGF - Pessoal não Docente, Fundo de Equilíbrio Financeiro (capital), Participação Variável no IRS, Fundo Social Municipal, com maior peso.

Em relação às rubricas que tiveram as maiores variações positivas, destacaram-se Fundo de Equilíbrio Financeiro (corrente), FEDER e Protocolos.

A rubrica que registou a maior variação negativa, no valor de € 20.098,63, foi a receita oriunda da DGEstE - DRSLVT – AAAF, cujo totalizou o valor de € 20.600,93.

### Decomposição das Transferências e Subsídios Obtidos

Transferências e subsídios obtidos	2017	2018	Dif (18-17)	Peso
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.075.035,00	3.118.075,00	<b>43.040,00</b>	70%
GGF - Pessoal Ñ Docente	461.537,66	460.686,84	<b>-850,82</b>	10%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	341.670,00	346.453,00	<b>4.783,00</b>	8%
Participação Variável no IRS	112.785,00	119.306,00	<b>6.521,00</b>	3%
Fundo Social Municipal	93.464,00	93.464,00		2%
FEDER	8.531,97	48.763,01	<b>40.231,04</b>	1%
AFN - Sapadores Florestais	40.000,00	47.280,00	<b>7.280,00</b>	1%
Outras	54.750,98	39.701,83	<b>-15.049,15</b>	1%
Outras	1.564,22	34.020,71	<b>32.456,49</b>	1%
Protocolos		28.244,94	<b>28.244,94</b>	1%
DGEstE - DRSLVT - AAAF	40.699,56	20.600,93	<b>-20.098,63</b>	0%
GGF - Gestão do Parque Escolar	20.000,00	20.000,00		0%
DGEstE - DRSLVT - ASE	20.978,26	18.596,37	<b>-2.381,89</b>	0%
Outros	1.549,12	14.877,85	<b>13.328,73</b>	0%
ANPC - Despesas Ext. C/Fogos Florestais	16.607,84	14.438,35	<b>-2.169,49</b>	0%
IFAP - Gabinete Florestal	13.937,14	13.937,14		0%
Fundos e Serviços Autónomos	10.767,72	11.849,52	<b>1.081,80</b>	0%
Pnaee - Plano Nac. Acção P/Eficiência Energética		3.996,00	<b>3.996,00</b>	0%
Transferências de Capital		3.573,50	<b>3.573,50</b>	0%
Contratos - Programa		3.383,52	<b>3.383,52</b>	0%
DGEstE - Prog. Gen. Refeições 1º CEB	1.409,04	909,76	<b>-499,28</b>	0%
ANPC - Posicionamento de Meios - Alimentação	2.587,20	756,00	<b>-1.831,20</b>	0%
INEM - Prémios de Saída	16.581,83		<b>-16.581,83</b>	
ANPC - Subsídio para Combustíveis	4.470,01		<b>-4.470,01</b>	
	<b>4.338.926,55</b>	<b>4.462.914,27</b>	<b>123.987,72</b>	

A rubrica “Trabalhos para a Própria Entidade” totalizou o valor de € 25.752,04, registando um aumento de € 3.928,28.

A rubrica “ Proveitos e ganhos financeiros” que totalizou o valor de € 55.458,85, que registou os seguintes resultados:

Proveitos e ganhos financeiros	2017	2018	Dif (18-17)	Peso
Rendimentos de imóveis				
Edifícios	31.532,15	33.579,45	<b>2.047,30</b>	61%
Outras Construções	21.577,19	21.879,27	<b>302,08</b>	39%
Fundo de Apoio Municipal	220,35		<b>-220,35</b>	
Outros proveitos e ganhos financeiros				
Juros de mora		0,13	<b>0,13</b>	0%
	<b>53.329,69</b>	<b>55.458,85</b>	<b>2.129,16</b>	

Para finalizar é de realçar a rubrica “ Proveitos e ganhos extraordinários”, com o valor de € 389.562,72, com peso de 6%, decompondo-se da seguinte forma:

<b>Proveitos e ganhos extraordinários</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>Dif (18-17)</b>	<b>Peso</b>
Ganhos em imobilizações				
Outros	3.179,07	3.224,00	<b>44,93</b>	1%
Sinistros	394,25		<b>-394,25</b>	
Multas		300,00	<b>300,00</b>	0%
Juros de Mora				
Juros de Mora - Abast. Água	362,83	305,47	<b>-57,36</b>	0%
Juros de Mora - Rendas	848,20	1.078,52	<b>230,32</b>	0%
Juros de Mora - Outros	642,36	210,45	<b>-431,91</b>	0%
Correcções relativas a exercícios anteriores	11.407,43	45.498,73	<b>34.091,30</b>	12%
Transferências de capital				
Protocolo		2.083,33	<b>2.083,33</b>	1%
Contratos-Programa	12.678,35	12.678,35		3%
Associações de Municípios	75.443,75	75.443,75		19%
Municípios	5.093,50	5.093,50		1%
Outros	132.819,48	132.819,47	<b>-0,01</b>	34%
Instituições Sem Fins Lucrativos	9.601,05	11.429,55	<b>1.828,50</b>	3%
Famílias	51,98	51,98		0%
Resto do Mundo				
FEDER	73.921,96	73.921,96		19%
Fundo Social Europeu	11.461,10	11.461,10		3%
Outras	176,81	176,81		0%
Outros Não Especificados	24.486,33	13.785,75	<b>-10.700,58</b>	4%
	<b>362.568,45</b>	<b>389.562,72</b>	<b>26.994,27</b>	

Para finalizar e como já referido anteriormente, o balanceamento entre os custos e proveitos resulta um resultado líquido do exercício de negativo no valor de € 900.517,32.

## 5.3. Dívida

### 5.3.1 Dívida Global

O art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, estipula o limite da dívida total, prevendo que a dívida total de operações orçamentais, incluindo a das entidades previstas no art.º 54.º (entidades relevantes para o apuramento da dívida) não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

O limite da dívida total de operações orçamentais do Município de Sardoal a considerar a 31 Dezembro de 2018 é de € 4.927.305,34.

### Cálculo do limite da dívida

Ano	Receita corrente líquida cobrada
2017	5.450.511,64
2016	5.243.761,32
2015	5.338.340,45
<b>Total</b>	<b>16.032.613,41</b>
Média da receita	5.344.204,47
<b>Limite dívida operações orçamentais</b>	<b>8.016.306,71</b>
Total da dívida a 31 Dez 2017	4.155.055,00
Limite da dívida de operações orçamentais	8.016.306,71
<b>Diferença</b>	<b>3.861.251,71</b>
Margem (20%) - (alinea b), n.º 3 art.º 52)	<b>772.250,34</b>
<b>Limite da dívida de operações orçamentais a 31/12/2018</b>	<b>4.927.305,34</b>

A dívida do Município a 31/12/2018 encontra-se detalhada no quadro abaixo apresentado, totalizando € 3.900.139,40, dos quais € 2.258.164,98 correspondem a dívida de médio/longo prazo, e € 1.641.974,42 de curto prazo.

### Decomposição da Dívida Total

DESIGNAÇÃO	CARATERÍSTICA	Orçamental	Não Orçamental	Total
Dívidas a instituições de crédito	Médio / Longo prazo	2.248.437,98		2.248.437,98
Credores - Fundo Apoio Municipal	Médio / Longo prazo	9.727,00		9.727,00
Empréstimos de curto prazo	Curto prazo	629.184,42		629.184,42
Fornecedores, c/c	Curto prazo	642.356,22		642.356,22
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	Curto prazo	27.130,65		27.130,65
Fornecedores de imobilizado, c/c	Curto prazo	179.659,81		179.659,81
Fornecedores em Conferência (Imobilizado)	Curto prazo	3.303,53		3.303,53
Estado e outros entes públicos	Curto prazo	50.081,78	35.446,81	85.528,59
Administração autárquica	Curto prazo	53.272,49		53.272,49
Outros credores	Curto prazo	22.944,52	43.636,93	66.581,45
Fornecedores de Imobilizado - Leasing	Curto prazo			
Credores - Fundo de Apoio Municipal	Curto prazo	34.041,00		34.041,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>3.900.139,40</b>	<b>79.083,74</b>	<b>3.979.223,14</b>

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM), tendo, ainda, regulamentado o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

O regime de recuperação financeira municipal tem em conta as especificidades de cada município e baseia-se no princípio de repartição do esforço entre os municípios, os seus

credores e o Estado e na prevalência de soluções encontradas por mútuo acordo entre o município, os credores municipais e o FAM.

Assim e considerando que a dívida referente ao FAM não releva para o perímetro da dívida total, bem como a contratação de empréstimos no âmbito da despesa referente à contrapartida nacional de projetos cofinanciados por fundos europeus - certificada pela autoridade de gestão - (artigos 82º e 102º), o mesmo situa-se à data de 31 dezembro de 2018 no valor de € 3.711.020,12.

### Decomposição da Dívida Excecionada

DÍVIDA EXCECIONADA	CARATERÍSTICA	Orçamental	Não Orçamental	Total
Fundo de Apoio Municipal - (FAM)	Curto prazo	34.041,00		34.041,00
Fundo de Apoio Municipal - (FAM)	Médio / Longo prazo	9.727,00		9.727,00
Dívidas a instituições de crédito	Médio / Longo prazo	145.351,28		145.351,28
<b>TOTAL</b>		<b>3.711.020,12</b>	<b>79.083,74</b>	<b>3.790.103,86</b>

Considerando ainda que a Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, estipula que para o apuramento da dívida contribui, não só a dívida contraída pelo Município, mas também a contraída pelas entidades que integram o grupo autárquico, tem-se que considerar para a dívida total o valor de € 8.526,82, conforme mapa abaixo:

### Dívida de outras entidades

Dívida das entidades relevantes		
Art. 54.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro		
Entidade	Participação	Contributo para a dívida total
ANMP - Associação nacional de municípios portugueses	0,283%	1.355,84
CIMT - Comunidade intermunicipal do Médio Tejo	5,59%	4.590,13
Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	3,22%	2.580,85
<b>TOTAL</b>		<b>8.526,82</b>

Assim sendo, a dívida total do Município de Sardoal a 31/12/2018, para o perímetro do endividamento, foi de € 3.719.546,94.

### Dívida Total

Dívida de operações orçamentais	Total
Do Município	3.711.020,12
Das entidades relevantes	8.526,82
<b>Total da dívida</b>	<b>3.719.546,94</b>
Limite da dívida de operações orçamentais a 31/12/2018	4.927.305,34
<b>Margem disponível</b>	<b>1.207.758,40</b>

Face ao limite da dívida apurado em conformidade com o n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, o Município de Sardoal não necessitou de uma margem disponível de € 1.207.758,40.

De referir ainda e no âmbito do saneamento financeiro, de acordo com o previsto da nova Lei das Finanças Locais, nomeadamente o art.º 58 da mesma, referindo que montante da dívida, excluindo empréstimos, não pode ser superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Face ao exposto a situação do Município de Sardoal é a seguinte:

### Saneamento Financeiro

Total da dívida de operações orçamentais	3.719.546,94
Empréstimos	2.732.271,12
<b>Divida sem empréstimos</b>	<b>987.275,82</b>
Limite 0,75 da média da receita corrente alinea b), n.º art.º 58º	4.008.153,35

## 5.3.2 Evolução da Dívida

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor e forte controlo, pelo Município, não obstante as restrições impostas pela Lei das Finanças Locais e pela Lei do Orçamento de Estado.

### Evolução da Dívida

	2015	2016	2017	2018	2018 - 2017
Dividas a Curto Prazo	1.670.075,06	1.638.156,31	1.579.984,40	1.721.058,16	141.073,76
Dividas Médio e Longo Prazo	3.292.293,14	3.333.580,59	2.817.905,36	2.258.164,98	-559.740,38
<b>Divida Total</b>	<b>4.962.368,20</b>	<b>4.971.736,90</b>	<b>4.397.889,76</b>	<b>3.979.223,14</b>	<b>-418.666,62</b>
Diferença	-983.145,06				

Como podemos verificar nos últimos anos a dívida global tem vindo a descer, tendo diminuído em cerca de 983 mil euros desde de 2015.

Em relação ao ano anterior a dívida reduziu nas duas componentes num total de € 418.666,62, sendo que a Dívida Curto Prazo registou um aumento de € 141.073,76 e a dívida a Médio Longo Prazo registou uma diminuição de € 559.740,38.

### Evolução do Prazo médio de Pagamentos

	2015	2016	2017	2018
Prazo médio de Pagamentos	105	115	88	83

Face ao exposto podemos analisar a evolução do Prazo Médio de Pagamentos, o qual diminui em 5 dias, fixando-se nos 83 dias.

## 6. Lei dos compromissos e Pagamentos em atraso

A lei dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, estipula na redação atual do seu art.º 7.º que “A Execução Orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.”

Por pagamentos em atraso entendem-se as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato ou documentos equivalentes (alínea e) do art.º 3.º da referida lei).

O Município de Sardoal a 31/12/2018 não registava pagamentos em atraso.

## 7. Factos Mais Relevantes Ocorridos Após o Termo do

### Exercício

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

## 8. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, e considerando:

1. A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.
2. No início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 5911 «Resultados transitados».
3. Quando houver saldo positivo na conta 59 «Resultados transitados», o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:
  - a) Reforço do património;
  - b) Constituição ou reforço de reservas;
4. A conta 59 – Resultados transitados, a 31 dezembro 2018, apresenta um saldo devedor no valor de € 6.495.806,20;
5. No exercício de 2018 o seu Resultado Líquido do Exercício é negativo no valor de € **900.517,32;**

Face ao exposto proponho que a Câmara Municipal **aprove** a manutenção do valor negativo de **€ 900.517,32**, referente ao Resultado Líquido do Exercício de 2018, na rubrica Resultados Transitados.

Município de Sardoaal, 17 Abril de 2018

O Órgão Executivo

---

---

---

---

---